

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ADRIANO BASTOS ROSAS

O Compromisso no Regionalismo Pós-Liberal: Uma Análise Configuracional do  
Desmembramento da União de Nações Sul-americanas

SÃO PAULO  
2020

ADRIANO BASTOS ROSAS

O Compromisso no Regionalismo Pós-Liberal: Uma Análise Configuracional do  
Desmembramento da União de Nações Sul-americanas

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Relações  
Internacionais do Instituto de Relações  
Internacionais da Universidade de São  
Paulo, para a obtenção do título de  
Mestre Strictu Sensu em Ciências.

Orientador:  
Professor Dr. Kai Enno Lehmann

Avaliador I:

---

Avaliador II:

---

Linha de Pesquisa: Instituições e  
Processos Políticos Comparados na  
América Latina.

SÃO PAULO  
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação  
Seção Técnica de Biblioteca  
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Rosas, Adriano Bastos

O compromisso no regionalismo pós-liberal: uma análise configuracional do desmembramento da União de Nações Sul-americanas / Adriano Bastos Rosa ; orientador: Kai Enno Lehmann. -- São Paulo, 2020.

113 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

1. Integração latino-americana 2. Novo regionalismo 3. UNASUL I. Lehman, Kai Enno, orient. II. Título.

CDD – 337.18

*Aos brasileiros, que façamos tudo o que for correto e que estiver ao nosso alcance para construir uma pátria mais justa, pujante e democrática.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelos dons que tenho recebido em todos os dias de minha vida.

A Mário, Carla e Felipe, pelo amor, constante estímulo e apoio familiar na busca pelo conhecimento ao longo de minha vida.

A meu orientador, Professor Kai Enno Lehmann pelas valiosas indicações na condução da pesquisa e disponibilidade para sanar eventuais dúvidas.

Ao professor Leandro Piquet Carneiro e demais membros da REDPPOL, pelas oportunidades e parceria nos trabalhos que temos realizado em prol da qualidade nos serviços em Segurança Pública.

Aos demais professores e servidores do Instituto Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, pelo espaço disponibilizado à pesquisa e à pluralidade de ideias.

## RESUMO

Instituída visando fazer oposição à proposta de integração regional pan-americana em favor da securitização regional latino pan-americana, a UNASUL se encaixa no contexto do Novo Regionalismo em sua vertente pós-liberal, negando a agenda liberal que tradicionalmente marcou os processos de integração latino-americanos e mesmo a condução da política doméstica nos países do Cone-Sul durante as décadas anteriores. A presente pesquisa utilizou da metodologia da Análise Configuracional para testar o grau de compromisso dos países-membros para com as agendas político-econômicas do Bloco a partir da variação nos volumes relativos de investimento em setores estratégicos para com o mesmo, assim como o posicionamento dos governos regionais para com as agendas políticas abraçadas pela UNASUL. Verificou-se que o Bloco herdou do histórico de integração latino-americana um projeto ambicioso e vasto, mas raso no planejamento de suas ações, configurando-se como mais um caso na região de integração no qual a carência de clareza no propósito e a reticência em ceder parte da soberania nacional conduziram ao esfriamento das relações e conseqüente enfraquecimento das propostas iniciais da integração. É no entendimento do caráter político da UNASUL, contudo, que foi encontrado seu maior diferencial, uma vez que os testes demonstraram que foi no compromisso com a oposição à agenda liberalizante que se acabou por precarizar a liberdade econômica dos cidadãos e, principalmente, na postura conivente dos governantes dos países-membros para com o governo venezuelano e suas práticas autoritárias resultaram na precariedade da sobrevivência do bloco diante da alternância de poder nos Estados democráticos da região. A UNASUL corre o risco, portanto, de inaugurar uma nova etapa no ciclo de desencantamento que a América Latina costuma realizar com blocos regionais: o desmembramento completo do Bloco em virtude da desconexão na execução de sua agenda para com os interesses à médio e longo prazo dos membros.

**Palavras-Chave:** Integração Latino-Americana; Novo Regionalismo; UNASUL.

## ABSTRACT

Established to oppose the proposal for Pan-American regional integration in favour of Latin American regional securitization, UNASUR fits into the context of New Regionalism in its post-liberal strand, negating the economically liberal agenda that traditionally conducted processes of integration in Latin America and even traditional domestic policies from previous decades in the countries of the Southern Cone. This research applied the methodology of Qualitative Comparative Analysis to test the degrees of commitment of the members of UNASUR to the political and economic agendas of the Bloc based on the variation in the relative volumes of investment in strategic sectors, as well as the position of these governments regarding the political agendas adopted by UNASUR. The results indicate that the Bloc inherited from Latin American integration history a project that was simultaneously ambitious and vast, while also being shallow in the planning of its actions. Thus resulting in another case on the region of integration in which the lack of clarity of purpose and reticence in giving up part of the national sovereignty ended up leading to distancing of relations and a consequent weakening of the Bloc's proposals. It was on the political character of UNASUR, however, that its greatest divergence was found. The tests demonstrated that the opposition to the liberalizing agenda engendered the loss of economic freedom to citizens and, most importantly, the position of governments of fellow members States towards the Venezuelan government and its authoritarian practices resulted in the precariousness of the bloc's survival in the face of alternating power in the democracies of the region. Therefore, UNASUR may be at risk of establishing a new stage in the cycle of disenchantment that Latin America usually experiences with regional blocs: the complete dismemberment of the Bloc due to the disconnection on the execution of its agenda in contrast to medium and long-term interests of the members.

**Keywords:** Latin-American Integration; New Regionalism; UNASUR

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 DO REGIONALISMO AO NOVO REGIONALISMO: EVOLUÇÃO E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>19</b>
<b>3 REGIONALISMO SUL-AMERICANO E A UNASUL NA LITERATURA ACADÊMICA .....</b>	<b>33</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>43</b>
<b>5 O COMPROMISSO NA UNASUL: PROXIMIDADES E RUPTURAS COM A IDENTIDADE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA .....</b>	<b>49</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Regionalismo, enquanto conceito e prática nas Relações Internacionais sofreu alterações ao longo de seu percurso histórico. Nas décadas finais do século XX, à medida em que se afrouxavam amarras do sistema bipolar, este fenômeno foi paulatinamente ganhando forças e apresentando uma diversidade em sua estrutura, escopo e limitações espaciais que a diferenciaram das ondas anteriores. (MANSFIELD E MINER, 1999).

Dissociando-se das estruturas baseadas nos modelos e práticas do dito Velho Regionalismo<sup>1</sup>, o Novo Regionalismo se caracteriza por uma maior autonomia dos países aderentes na construção conjunta da integração, fazendo surgir na arena internacional todo tipo de experiência de regionalismo com maior ou menor comprometimento, com mais ampla ou mais restrita abrangência de objetivos e com grupos mais homogêneos ou diversos de países.

Como suscitam autores como Meunier e Medeiros (2013) e Scott (2009), esperava-se que este grau mais amplo de autonomia e liberdade de associação promoveriam tanto a perenidade para as experiências de Novo Regionalismo, quanto a construção de relacionamentos mais orgânicos entre os aderentes.

Em contrapartida, Hettne e Söderbaum (1998) ressaltam que a complementariedade das possíveis identidades compartilhadas não se traduz automaticamente em uma convergência de interesses entre os participantes da integração. Caso esses dois fatores não se encontrem em harmonia, os riscos para o esfacelamento da integração pelo sentimento de carência de representatividade tendem tomar um crescente, refletindo nas negociações e comunicações de interesse entre os partícipes.

Após três décadas de Novo Regionalismo e tantos casos de desarticulação e enfraquecimento de experiências de integração construídos sobre este paradigma fica evidente que se faz necessário investigar as configurações de fatores que promovem a perenidade, ou a desagregação de uma experiência de regionalismo, como já sugeriam Mansfield e Solingen (2010).

No que se refere ao histórico de integração, o subcontinente Sul-Americano engendra um conjunto de países que, apesar de suas especificidades

---

<sup>1</sup> Briceño-Ruiz e Lombaerde, 2018; Hettne, 2005; Mansfield e Solingen, 2010.

culturais, geográficas e econômicas apresentam uma história compartilhada de relações com outras regiões do mundo que os aproximam e estimulam, pelo menos desde o século XIX, a construir uma identidade partilhada na busca de soluções conjuntas para a região.

Neste contexto, o Novo Regionalismo foi inicialmente percebido durante a década de 1990 como uma oportunidade para superar os modelos liberais e importados de integração, culminando em uma identidade de integração que nas primeiras décadas do século XXI foi rapidamente sendo caracterizada pela negação desses modelos em favor de uma securitização regional que visava construir um espaço de integração latinopan-americano em oposição à proposta pan-americana liberada pelos Estados Unidos da América (VEIGA E RIOS, 2007).

Partindo do entendimento do Novo Regionalismo de que a perenidade da integração está diretamente associada ao compromisso dos Estados membros para com as agendas adotadas pela integração, a presente pesquisa investiga estes fatores a partir da análise do caso concreto da União de Nações Sulamericanas (UNASUL) e quais as possíveis reflexões que o entendimento do mesmo podem suscitar quanto aos desafios e oportunidades para a perenidade das experiências de Regionalismo no contexto do Cone Sul e no fenômeno do Novo Regionalismo na atualidade.

Como ressaltam Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018) e Hettne e Söderbaum (1999), impulsionados pelas crises econômicas que se desenvolveram no final da década de 1990, muitos países em desenvolvimento passaram a buscar alternativas para as políticas liberalizantes deste período na medida em que as mesmas passaram a ser vistas como impróprias para lidar com os desafios da realidade nacional e regional.

Neste cenário de contestação e repúdio, também acabaram por padecer as organizações regionais já existentes durante este período – como o Mercado Comum do Sul e a Comunidade Andina – as quais precisaram buscar seus próprios caminhos para o desenvolvimento na medida em que a transposição das políticas de abertura comercial seguindo o exemplo europeu não promoveram o resultado esperado: o desenvolvimento econômico e social dos integrantes. (VEIGA e RIOS, 2007).

A UNASUL figurava como uma nova experiência com o Regionalismo, sendo marcada por uma ampla gama de pastas – cinquenta e quatro, algumas mais prioritárias que outras – cuja finalidade seria promover o desenvolvimento nacional e regional partir de um diálogo que envolveria somente os países da região. Também era esperado que a mesma paulatinamente suplantasse as demais organizações regionais das quais seus membros participavam, configurando uma voz única e forte que representaria os interesses e projetos de região para todos os seus membros. (BRASIL, 2019).

Em seus primeiros dez anos de atividade o Bloco conseguiu estabelecer o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) e mesmo o Banco do Sul (BdS), sinalizando que a estratégia de desenvolvimento integrado estava sendo, aos poucos, munida de estruturas e projetos.

Malamud (2020) e Briceño-Ruiz e Lobaerde (2018) alertam, contudo, que tal amplitude de agendas e desejo de se avançar rapidamente na integração não se tratavam de características únicas da UNASUL, sendo em verdade uma constante nos processos de integração latino-americana, constituindo um ciclo que tende a culminar com o desencantamento com as experiências de integração e o afastamento dos membros sem a dissolução do bloco criado.

Com mudanças na política e economia tanto no cenário regional, quanto no global, assim como na carência de foco e priorização do processo integrador a UNASUL viu em entre março e abril de 2018 metade de seus membros declarando sua suspensão por tempo indeterminado de atividade na mesma, o que leva à pergunta central da pesquisa:

**Quais combinações de fatores foram determinantes na decisão dos países membros da UNASUL em permanecer ou suspender por tempo indeterminado sua participação no Bloco em 2018?**

Para responder a esta pergunta-problema, recorreu-se à evolução da literatura de integração regional e ao processo histórico da integração latino-americana para que se identificasse os desafios, tendências e oportunidades que a UNASUL vivenciou ao longo de seus anos de atividade.

A pergunta-problema também apresenta outro diferencial desta pesquisa, pois ao adotar a metodologia da Análise Configuracional buscou-se evitar a abordagem puramente qualitativa focada na interpretação de documentos e em casos específicos de sucesso ou fracasso da cooperação na UNASUL, tal como adotada pela maioria da literatura sobre o Bloco.

Em contrapartida, a adoção da Análise Configuracional como explicada em Rihoux e Ragin (2008) permitiu que fosse desenvolvido um modelo de análise da integração tanto qualitativo, quanto quantitativo, possibilitando a identificação de uma relação causal mais clara e objetiva para análise da aderência dos países membros às agendas político-econômicas do Bloco.

Foi justamente considerando a importância do reconhecimento que o Compromisso com as agendas de integração é o fator fundamental ao paradigma de integração do Novo Regionalismo (MASNFIELD E SOLINGEN, 2010) que o presente estudo adota como hipótese central:

**A agenda de compromissos assumidos na UNASUL não foi adotada como prioridade pelos países membros, o que levou à decisão pelo afastamento do Bloco.**

Para responder este questionamento e testar a hipótese levantada, a presente pesquisa segue os seguintes passos.

Primeiro, será apresentada a contextualização do problema, além dos fundamentos da pesquisa: os objetivos, geral e específicos da mesma, do problema proposto e dos eventos que justificam a pesquisa proposta. Também serão apresentados os desafios relativos às Limitações da pesquisa, sua Justificativa de existência e a delimitação dos casos em estudo na pesquisa: os doze países membros do bloco no período de 2008 – 2018.

Para compreender o porquê da escolha das condições que serão indicadas no capítulo de estudo de caso, contudo, foi preciso explorar dois processos históricos.

O primeiro processo trata da construção e evolução do conceito de regionalismo, suas áreas temáticas e limites de cada uma de suas fases. Por meio de uma apresentação resumida dos acontecimentos que levaram o fenômeno até a sua fase atual, o Novo Regionalismo (MANSFIELD E MINER,

1999), espera-se situar o leitor não apenas nas tendências globais que nortearam os processos de integração regional, mas sobretudo complementar o segundo processo histórico que engloba o capítulo seguinte.

O capítulo seguinte deste estudo complementa seu antecessor ao se dedicar em apresentar a evolução histórica da integração regional latino-americana, partindo do século XX até a apresentação o momento anterior à criação da UNASUL, mostrando a evolução da agenda de integração latino-americana e das agendas prioritárias para o Bloco.

Após, será apresentado o Método escolhido para a realização da pesquisa: a Análise Configuracional ou QCA, com o qual espera-se encontrar as diferentes configurações de condições que levaram à suspensão autônoma do bloco ou permanência em atividade no mesmo, investigando também quais condições apresentaram um maior impacto no processo decisório de ruptura ou permanência no Bloco.

O quinto e mais extenso capítulo apresenta a UNASUL, desde seu contexto de criação até a literatura que foi sendo produzida observando o Bloco ao longo de seus anos de atividade, percebendo também as dinâmicas de poder entre os países membros em comparação com experiências anteriores de regionalismo envolvendo a América do Sul. No fim deste capítulo será possível compreender com maior precisão o porquê das condições escolhidas para avaliar a UNASUL.

Ainda neste capítulo serão indicadas as condições (variáveis) que foram submetidas ao teste Configuracional como indicado por Rihoux e Ragin (2008). Em seguida, serão apresentados os resultados do teste com as condições utilizadas no estudo, seguidos de uma análise dos resultados para com a UNASUL, o histórico da integração latino-americana e as possibilidades para o futuro da integração regional no Cone Sul e para o Novo Regionalismo como um todo.

Por fim, serão apresentadas as conclusões da pesquisa condensando seus possíveis desdobramentos para outros estudos futuros e para o legado da UNASUL na região.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Conforme mencionado no excerto anterior, os anos da década de 1990 marcaram as dinâmicas de poder mundiais como um período de rearranjo, de difusão de capacidades de influência tendo em vista o desmantelamento do mundo Bipolar.

Como também viria a ocorrer em outros continentes do globo que precisaram se adaptar ao mercado globalizado e ao lobby liberalizante proposto pelas grandes potências do período, o continente sul-americano teve que lidar com difíceis decisões que ressurgiram neste momento de transição: Deveriam liberalizar total- ou apenas parcialmente sua economia? Deveriam reforçar suas antigas parcerias ou buscar novos aliados nos mercados emergentes? Deveriam focar em uma agenda voltada para resolver os problemas domésticos ou focar na integração com a economia global? (O'DONNELL, 2013).

Ao longo dessa década os governos dos países da região, em sua maioria acabaram por adotar – com maior ou menor profundidade – as políticas liberalizantes, o que culminou em crises econômicas que reverberaram com situações semelhantes no resto do mundo.<sup>2</sup>

Este resultado acabou fomentando no discurso político e nas práticas político-econômicas da região um repúdio à adoção de modelos de desenvolvimento e bem-estar de potências externas, levando os países do Cone Sul a se afastarem das Instituições de integração que criaram na década anterior para adentrar no novo milênio sob uma nova perspectiva voltada aos interesses, desafios e características endógenas da região.

Conforme Veiga e Rios (2007) e Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018), a União de Nações Sul-americanas foi pensada, portanto, como um projeto de integração constante e contínua original e baseado no consenso entre os governos vigentes do período para promover uma agenda de bem-estar regional num escopo voltado a questões estratégicas: Securitização territorial, Promoção da Saúde, Fortalecimento das Relações Comerciais, etc.

Enquanto estas searas foram sendo encaixadas e planejadas em estruturas institucionais específicas a agenda política do Bloco se voltou à uma

---

<sup>2</sup> Machado, 1999; Marques, 2010; Meunier e Medeiros, 2013; O'Donnell, 2013.

postura que valorizava a irmandade entre as nações do continente, elevando as raízes histórico-culturais partilhadas e repudiando a ingerência da securitização norte-americana sobre a América Latina em geral.

Se de início a literatura acadêmica sobre o tema refletia uma visão moderadamente positiva diante do futuro e as possíveis implicações da existência e atuação do Bloco, à medida que desafios como a dificuldade em se coordenar e harmonizar economias em patamares tão distintos, conflitos entre as agendas domésticas dos países e o projeto integrador e mesmo a carência de engajamento de atores correlatos (sociedade civil, opinião pública e setor privado) paulatinamente fez proliferar o ceticismo para com o futuro do projeto, seguindo um ciclo que autores como Briceño-Ruiz (2018), De Castro Silva (2015), Malamud (2020) já haviam identificado em outros casos de integração latino-americana.

Após os anúncios nos primeiros meses de 2018 de que metade dos membros decidiram por se afastar das atividades da integração, ficou evidente que a UNASUL se trata de um caso diferente das experiências de integração no histórico latino-americano, cuja tendência geral é a de, mesmo estando inativas, não perderem seus países membros, sendo retomadas as relações do bloco quando o interesse em integração volta a crescer entre seus países membros (BRICEÑO-RUIZ, 2018).

Utilizando do entendimento proposto por autores como Mansfield e Miner (1999), Scott (2009) e Söderbaum e Shaw (2003) de que o Novo Regionalismo tem como característica fundamental que a perenidade da integração está intrinsecamente ligada ao compromisso (materialização) das agendas de integração, é preciso investigar as configurações de fatores que levaram os países membros do Bloco a optarem pela permanência ou afastamento do Bloco e é por meio da comparação entre as principais agendas políticas e econômicas da UNASUL e o empenhos de cada país para com as mesmas que a presente pesquisa visa apresentar os arranjos de condições que levaram à um dos dois resultados aferidos.

Para testar a hipótese introduzida na seção anterior, foi preciso identificar as agendas prioritárias da UNASUL, o que foi feito observando tanto as áreas de maior proeminência nos investimentos do Bloco (NEVES, 2013), quanto da agenda política defendida pelas lideranças políticas dos países da região e que

acabaram por influenciar a agenda do próprio bloco (VEIGA E RIOS, 2007). A título de informação, seguem as condições que foram contempladas na pesquisa, as quais serão melhor apresentadas e justificadas principalmente no capítulo 6, no qual se discorre o processo de construção e evolução da UNASUL e das relações entre seus países-membros:

- a) Porcentagem do Produto Interno Bruto do país investido no setor de Defesa;
- b) Porcentagem do Produto Interno Bruto do país investido no setor de Saúde;
- c) Capital direcionado pelo país para o orçamento anual da UNASUL;
- d) Porcentagem das exportações do país para os demais integrantes do Bloco;
- e) Porcentagem das exportações do país para os Estados Unidos da América;
- f) Porcentagem das exportações do país para os demais membros dos BRICS (Cooperação Sul-Sul);
- g) Evolução do Índice de Liberdade Econômica do País nos anos de pertencimento ao Bloco;
- h) Posicionamento dos Governos dos países quanto ao governo venezuelano no ano anterior ao afastamento (2017); e
- i) Aproximação à proposta do PROSUL no ano posterior ao afastamento do Bloco.

Utilizando-se destas ferramentas, a pesquisa visa compreender as possíveis implicações da profunda desarticulação pela qual vem padecendo o Bloco e suscitar quais seriam os possíveis impactos do mesmo para o cenário de integração latino-americana Pós-UNASUL.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Geral

Analisar as configurações de fatores que levaram metade dos membros da UNASUL a suspender por tempo indeterminado sua participação no Bloco em 2018.

### 1.2.2 Específicos

- Apresentar uma narrativa histórica dos avanços do conceito e temas do regionalismo a partir do século XX;
- Descrever o processo histórico do regionalismo latino-americano, suas características e como o mesmo influenciou nas relações de poder e processo decisório na UNASUL;
- Propor um modelo para avaliação de risco continuada de Organizações que integram os Novos Regionalismos a partir da aplicação no caso UNASUL; e
- Avaliar quais impactos o caso de desarticulação da UNASUL pode apresentar para o Bloco, seus membros e a Região.

## 1.3 HIPÓTESE

Os próximos capítulos desta pesquisa apresentarão com mais detalhes o processo de evolução do histórico regional e do arcabouço teórico sobre regionalismo que conduziram à hipótese adotada nesta pesquisa. No entanto, para que seja possível compreender o que está proposto abaixo, é necessário apresentar de forma sucinta os paradigmas teóricos adotados acerca do Novo Regionalismo e suas especificidades na América Latina.

O primeiro ponto de destaque é que esta pesquisa se utiliza da divisão proposta por Mansfield e Miner (1999) para compreender o desenvolvimento e particularidades das fases do Regionalismo. Nesse sentido, destaca-se que o Novo Regionalismo se diferencia das fases anteriores por apresentar como característica fundamental a liberdade nos processos decisórios de integração,

que se aplica tanto no referente ao Escopo (temas ou pastas de integração), quanto pelas Estruturas (instituições/organizações internacionais) criadas para a materialização de integração, quanto pela escolha dos parceiros (Espaço) com quem os países decidem se integrar.

Nesse sentido, entende-se que para se averiguar a expansão ou retração de regionalismo neste contexto do pós-Guerra Fria, os principais critérios para a verificação são dados não diretamente por uma agenda global, mas sobretudo a partir dos compromissos adotados pelos países membros ao longo do processo de integração que se materializam pelos investimentos nos setores estratégicos adotados pelo bloco e no aprofundamento e expansão dos temas da agenda de integração (MANSFIELD E SOLINGEN, 2010).

Como suporte à evolução do conceito de Regionalismo até a chegada do Novo Regionalismo, foi utilizado o conceito de identidade proposto por Wendt (1999), apresentando em primeiro plano o processo histórico que levou à formação da agenda de prioridades da UNASUL a partir do reconhecimento das experiências passadas com processos de integração na região, moldando os interesses, expectativas e postura dos países da região para com o tema do regionalismo.

Utilizando de documentos oficiais disponibilizados pelos países membros e no site da própria instituição, dados estatísticos, do processo histórico e da literatura disponível sobre o bloco o que se pretende é averiguar sobretudo se em dissonância com a maioria das experiências anteriores de integração regional na América Latina, foi possível realmente perceber um compromisso (organização) dos países membros em torno das agendas institucionais da UNASUL.

Para testar a hipótese descrita abaixo, foi utilizado o método da Análise Configuracional (QCA)<sup>3</sup>, o qual permitiu averiguar se houveram ou não fatores prioritários ao bloco que estimularam a aproximação ou distanciamento entre os países integrantes.

**Hipótese Nula (H0):** A agenda de compromissos assumidos no bloco não foi adotada como prioridade pelos países membros, o que levou à decisão pelo afastamento para com a UNASUL.

---

<sup>3</sup> Ragin, 2008.

**Hipótese Alternativa (H1):** Ainda que a agenda de compromissos assumidos no bloco tenha sido adotada como prioridade pelos países-membros, este fator não se mostrou relevante na decisão pelo afastamento para com a UNASUL.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

Este trabalho apresenta como sua justificativa central compreender no caso concreto o que significou para os países que assumiram o compromisso de formar a UNASUL em 2008 uma das proposições centrais da teoria dos Novos Regionalismos: que as semelhanças entre os integrantes e a construção de soluções para a região e a própria região promoveriam a perenidade da integração e a maior harmonia entre os envolvidos.<sup>4</sup>

Investigar o porquê desta suposição ter sido contrariada pelo caso concreto levará a uma maior sofisticação do conceito em estudo (O Novo Regionalismo) e quais fatores favorecem ou contrapõe seu sucesso e mesmo sobrevivência de seu modelo de processo de integração *custom made* do novo século.

Para além do caso da UNASUL, a pesquisa, por se utilizar de um método que permite tanto a replicação quanto o aprimoramento (adaptação do mesmo) para cada caso em estudo, pode lançar bases para a avaliação de riscos de desagregação de outros blocos formados sob a mesma mentalidade de regionalidade a partir de pontos de convergência e divergência entre os integrantes destas organizações.

Tais estudos poderão servir para auxiliar aqueles responsáveis pelo processo decisório de integração a identificar pontos fortes e desafios para o futuro.

O mesmo ainda lançará algumas conjecturas sobre os possíveis cenários para o Bloco e seus impactos para a integração na região, uma atividade clássica das Relações Internacionais.

Por fim, num contexto internacional em que o mundo volta seu olhar para a crítica situação da Venezuela e a inabilidade de seus vizinhos em coordenar esforços para uma resolução que parta da própria região, se mostra ainda mais

---

<sup>4</sup> Hettne, 2005; Mansfield e Solingen, 2010; Veiga e Rios, 2007.

salutar perceber pontos de convergência e divergência que possam sinalizar e racionalizar as alianças e desavenças no subcontinente sul-americano.

### 1.5 LIMITAÇÕES

O maior desafio no que se refere à boa execução desta pesquisa se encontrou primariamente na disponibilidade de dados sobre os países em estudo, devido tanto ao acesso à informação e transparência – princípios que não são compromisso constitucional em todos os países integrantes do Bloco – e também pela possibilidade de não haver a produção deste tipo de dado em alguns países, principalmente no que se refere à percepção da opinião pública sobre temas internacionais.

Visando superar este desafio, foi dada prioridade à dados que apresentassem observações para todos os países do bloco, utilizando-se dados com missing data apenas quando o mesmo seria o instrumento mais adequado segundo os compromissos adotados no seio do bloco.

Um ponto que se poderá notar é que em algumas condições utilizadas na dissertação optou-se por considerar os investimentos dos países nas áreas gerais de interesse do bloco, e não apenas nos investimentos realizados diretamente sob a iniciativa de integração. Isto se justifica por dois motivos, ambos relacionados à identidade historicamente construída da integração latino-americana.

O primeiro concerne no fato de que tal como iniciativas anteriores de integração regional na América Latina<sup>5</sup>, a UNASUL apresentou durante sua formação a adoção de propostas de integração amplas e ambiciosas no que concerne às agendas prioritárias, mas genéricas e com pouca atenção à detalhes do que se faria para atingir os objetivos da integração propostos, o que tanto permitiu a proteção do princípio da soberania estatal na escolha de como conduzir os países no processo integrador, quanto dificultou a adoção de um planejamento conjunto para que os países pudessem alcançar as metas estabelecidas dentro do bloco.

---

<sup>5</sup> BRICEÑO-RUIZ, 2018; MALAMUD, 2020; VEIGA E RIOS, 2007.

O segundo é que, como pode ser constatado em Brasil (2019) e UNASUR (2019), embora haja documentos que apresentem as intenções e orçamentos para o bloco ao longo dos anos em que tem estado ativo, os sites oficiais referentes à UNASUL carecem no que se refere à apresentação de resultados (acordos, negociações de paz e obras regionais realizadas sob a égide do bloco), o que sugere outro problema característico da integração latino-americana: a de que os países preferiram negociar diretamente de forma bilateral à levar seus pleitos para serem discutidos e resolvidos dentro dos mecanismos de integração.

## 1.6 ESTUDOS DE CASO

Conforme o título da pesquisa assinala, o presente estudo se dedicará à análise de como o compromisso (ou carência do mesmo) com as áreas prioritárias de um processo de integração inferem em risco de desmantelamento ou perenidade de experiências de integração, tendo como caso em apreço a UNASUL. Como será explanado no capítulo seguinte, o Novo Regionalismo se caracteriza sobretudo por uma busca de maior liberdade dos países em definir as estruturas e organização das experiências de integração a partir do compromisso com as agendas definidas pelos envolvidos no processo integrador. É possível, portanto, que organizações sejam formadas sem que os princípios clássicos do Regionalismo<sup>6</sup>

No que se refere ao caso específico da UNASUL, a presente pesquisa, utilizando os conceitos de Institucionalização e Organização apresentados por Riojas em Scott (2009), bem como as considerações acerca do Bloco e seu papel no Novo Regionalismo destacados por Saraiva e Briceño-Ruiz (2009), Riggirozzi (2012), Veiga e Rios (2007) e Vigevani e Júnior (2014), foram definidas as condições de avaliação de engajamento com o processo integrador a partir de dois critérios.

O primeiro trata da priorização em investimentos por parte dos países membros para com as agendas Institucionais (estruturais) centrais do Bloco (Saúde, Defesa e Economia), assim como para iniciativas de substituição de

---

<sup>6</sup> Hettne e Söderbaum (1998); Mansfield e Solingen (2010); e Viner (2014).

parcerias com grandes potências e apoio financeiros, através de investimentos em cooperação Energética e de capital para o Banco do Sul.

O segundo aspecto trata da agenda organizacional, de como os países se relacionaram entre si no âmbito do Bloco (isonomia e participação nos eventos da UNASUL) e para com os Estados Unidos – como antigo provedor de Segurança para a região – e a relação dos impactos da agenda política do bloco para com as populações dos países-membros.

Através do Método da Análise Configuracional desenvolvida por Rihoux e Ragin (2009), verificar-se-á se e quais são os conjuntos de condições – entre fatores Institucionais e fatores Organizacionais – que levaram aos dois resultados aferidos, a permanência ou suspensão eletiva das atividades do país na UNASUL.

## 2 DO REGIONALISMO AO NOVO REGIONALISMO: EVOLUÇÃO E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS

Para que seja possível compreender a abordagem desta pesquisa acerca de seu objeto de estudo é preciso primeiro que se esclareça quais são os principais conceitos em uso e os desdobramentos do referencial teórico para o caso específico apreciado.

Logo de início é preciso reconhecer que, no que se refere à Literatura acadêmica acerca do que é Regionalismo e quais os elementos que o constituem não há um consenso<sup>7</sup>, sobretudo pela dificuldade entre os próprios pesquisadores acerca de um conceito para o termo Região.

Como suscitam Mansfield e Solingen (2010) em sua revisão de literatura sobre o tema, o que se percebe foi uma transformação nos limites de escopo, espaço e estrutura envolvidos em uma experiência de regionalismo à medida em que novos casos do mesmo foram surgindo.

### 2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DO REGIONALISMO

Mansfield e Miner (1999) identificaram quatro ondas distintas da prática acerca do regionalismo pelo mundo. A primeira fase data da segunda metade do século XIX e diz respeito principalmente aos acordos preferenciais de comércio que mantiveram o Concerto Europeu vigente naquele período. Tal constatação se deve pelo fato de que neste período a Europa representava a maioria das transações comerciais pelo mundo e, logo, os países do continente acabavam por funcionar como se fossem o grande mercado para produtos das mais diversas origens, o que resultou em um comércio cada vez mais contínuo e constante entre si.

---

<sup>7</sup> Sobre esta questão destacam-se aqui algumas considerações importantes e utilizadas nesta pesquisa. A primeira, apresentada em Mansfield e Solingen (2010), defendida por Viner (2014), Mansfield e Miner (1999), Hettne e Söderbaum (1998) e reforçada por Wendt (1998) trata da diferenciação entre Regionalismo e Regionalização, sendo que o primeiro representa uma iniciativa política-estrutural para a construção de instituições de integração regional, enquanto que o segundo faz referência a ações da sociedade civil e de empresários na construção de relações que – ao menos de início organicamente – criem uma consciência e identidade coletiva para os envolvidos na integração.

Para os autores, este primeiro momento também identifica na literatura acerca do Regionalismo a primeira e mais tradicional abordagem sobre o tema: o Regionalismo como um fenômeno territorialmente restrito às proximidades geográficas, cujo escopo encontra-se no campo da Economia, objetivando promover as pretensões de bem-estar (*welfare*) dos participantes (campo doméstico); entre os participantes (das relações entre os mesmos) e, por fim, entre os integrantes e o resto do mundo<sup>8,9</sup>.

A Segunda fase do Regionalismo ficou marcada expansão dos envolvidos no processo decisório e nos impactos de uma experiência de regionalismo para o tema da Segurança no contexto do Entre Guerras. Como recordam Mansfield e Miner (1999), este momento do regionalismo ficou marcado por seu caráter punitivo perante os derrotados na Primeira Grande Guerra e caracterizou a possibilidade do uso da integração como estratégia de securitização ou contenção (ainda que falha neste caso) de uma região específica.

No que se refere à já mencionada esfera do espaço, esta segunda fase caracterizou uma expansão dos limites do conceito de Região, uma vez que países como os Estados Unidos – o qual participou diretamente das negociações – e Estados Observadores dentre os quais se encontrava o Brasil também perceberam que os impactos de uma experiência de integração na Europa teriam sobre seus interesses econômicos na medida em que constituíam seus principais mercados no exterior.

Mostrou-se ainda mais evidente que o processo integrador interfere não apenas naqueles diretamente envolvidos nos acordos, mas também em todo um conjunto de outros atores que sofrem os reflexos dos acordos preferenciais de comércio ou mesmo do impedimento em comercializar produtos com algum país (como foi o caso da Alemanha). (MANSFIELD E MINER, 1999).

A visão focada na seara da Economia também se fez presente em Viner (2014), cuja célebre obra *The Customs Union Issue*, publicada em 1950. Partindo do já mencionado propósito integrador de promoção do bem-estar econômico

---

<sup>8</sup> NYE, 2009; SCHNEIDER, 2017.

<sup>9</sup> Esta constatação do incremento de acordos bilaterais e multilaterais entre os países europeus coaduna com os argumentos de Nye (2009) acerca dos impactos que redes de interdependência acabam por gerar entre os agentes envolvidos na integração. Segundo o autor, quanto mais avançam esses processos, maiores tendem também a ser os custos (desafios, gastos e impactos políticos e sociais) para desarticular a unidade conjuntamente construída.

dos partícipes, diferencia duas possibilidades de caminho para o projeto de integração: *trade creation* ou *trade diversion* a depender da eficiência da cooperação. De forma resumida, se a troca de parcerias comerciais extrabloco for realizada para favorecer parcerias mais eficientes intrabloco, então esta integração regional pode ser dita como promotora do comércio, ou *trade-creating*. Se, no entanto, a troca for efetuada em favor de um parceiro menos eficiente será denominada *trade-diverting*.

Sob a exploração da expansão do escopo da integração, Viner (2014) ainda recupera outros dois questionamentos fundamentais acerca do Regionalismo que serão reformulados nas fases seguintes: Por que ingressar em um processo de Regionalismo e Como este processo afetará as relações do agente com os demais atores no seu espaço de atuação global?

Embora seja adepto da perspectiva Econômica, Viner (2014) reflete que esta abordagem acaba por se mostrar reducionista acerca do Regionalismo, sendo necessário que sejam considerados outros dois aspectos que logo viriam a se mostrar indissociáveis do tema em estudo: a Política Economia e a Segurança. Além desta limitação em escopo, o cientista político também critica a já citada limitação questionada na Segunda onda do Regionalismo: a região como espaço geográfico restrito à proximidade.

Um último aspecto a ser comentado sobre esta fase do Regionalismo foi que a Liga das Nações acabou por representar – como o argumentam Mansfield e Milner (1999) – os primórdios de uma estruturação administrativa para as experiências regionais, diferente da fase anterior na qual o regionalismo europeu se configurara apenas como a somatória de acordos bilaterais ou multilaterais de comércio entre os países envolvidos, já que contou com uma mínima estrutura administrativa e apresentava países observadores interessados nas negociações desenvolvidas na instituição.

A Terceira Fase do Regionalismo, no contexto da qual a obra de Viner (2014) foi escrita – e sobre a qual também discorrem Mansfield e Milner (1999) e Söderbaum e Shaw (2003) – diz respeito ao período do final da Segunda Guerra Mundial até aproximadamente o final da década de 1980.

Esta fase, avaliam os autores citados acima, ficou marcada pela integração da Política-Economia e da Segurança à esfera do escopo do

Regionalismo, tendo em vista que o contexto da Guerra Fria acabou por favorecer o protagonismo destes temas no cenário global.

Como rememoram ainda Hettne e Söderbaum (1998), esta Terceira onda e a incorporação das ciências mencionadas acabou por enriquecer as análises do Regionalismo, tanto para os eventos do passado (da primeira e segunda ondas), quanto para o que seria produzido a partir daquele momento, incorporando avaliação de interesses políticos e poderio bélico aos estudos.

Ainda segundo os autores, a Terceira onda ficou marcada pela explosão de novas experiências de integração, sobretudo aquelas marcadas pela elevação do patamar espacial ao nível global.

Exemplos desta expansão como a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>10</sup>, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e mesmo o Bloco Soviético demonstram que, se no passado as limitações de comunicação e transportes limitavam as possibilidades de integração, os avanços tecnológicos e comerciais encurtavam cada vez mais as distâncias no mundo. Outro caso de destaque também se faz perceber na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que reuniu num mesmo bloco de interesses países do Oriente Médio com a Venezuela, localizada na América do Sul.<sup>11</sup>

No que se refere ao tema da Segurança, é preciso que sejam explicitados ainda duas características desta Terceira fase.

A primeira é o reconhecimento presente em Tsebelis (2002) e Hettne e Söderbaum (1998) da existência de atores principais no tabuleiro das decisões sobre integração no período: Os Estados Unidos e a União Soviética. Optar por uma parceria com um destes dois atores representa não só a opção por um parceiro comercial, mas também restringia as possibilidades de parceria e integração com os demais Estados próximos, quem seriam seus adversários –

---

<sup>10</sup> Em verdade, Mansfield e Solingen (2010) e os autores presentes em Scott (2009) tendem a se mostrar reticentes quanto à possibilidade da ONU ser compreendida como uma experiência de Regionalismo, principalmente devido a seu Espaço que visa incorporar a todo o globo. Todavia, ao observar o processo evolutivo do que faz parte do Regionalismo, a mesma também pode ser percebida como uma instituição de regionalismo, uma vez que tem como Escopo central o bem-estar de um conjunto de países nos variados temas que aborda e à medida em que busca desenvolver uma identidade para os fluxos e práticas organizacionais que ocorrem sob sua tutela, buscando se manter e fazer presente seja no campo doméstico, sejam nas relações entre seus integrantes.

<sup>11</sup> NYE, 2009; SCHNEIDER, 2017.

tanto no campo econômico, quanto no campo da Defesa – e mesmo quem poderia prestar auxílio em caso de um ataque da potência mundial opositora.

Desta constatação resultam algumas considerações importantes: nem sempre (ou quase nunca) todos os participantes têm a mesma capacidade de escolher se, quando e como fazer parte de uma experiência de regionalismo, não sendo raro que atores mais poderosos determinem ou enviesem a integração para que os mesmos sejam os mais favorecidos. (TSEBELIS, 2002).

O que se observou na prática, como o explicam Mansfield e Miner (1999), foi que tanto a integração econômica, quanto a integração/cooperação nos setores de Defesa precisaram se adequar aos modelos propostos pela grande potência, interferência na política doméstica que foi possível não apenas pelo temor do poderio militar americano e soviético, mas igualmente pelo volume de investimentos que estas superpotências estavam dispostas a empreender para garantir a securitização de aliados pelo mundo.

Como visto no capítulo anterior com o auxílio de de Castro (2015) e Almeida Filho e Corrêa (2011) sobre o exemplo cepalino, tal controle resultou em uma postura rígida que culminou com propostas de integração para o desenvolvimento regional padronizadas e orientadas por instituições que, ao menos em sua concepção, serviriam tanto para auxiliar no desenvolvimento dos países participantes da mesma, quanto como estandarte da superpotência aliada e do concerto global do mundo bipolar.

Vê-se então que o paradigma de Viner (2014) de bem-estar econômico passa a competir e conviver com os anseios relativos à Defesa e a parcerias politicamente estratégicas que garantam a multiplicação dos modelos político-econômicos das potências globais e a sobrevivência de seus protegidos, engessando

O outro fator do tema da Defesa que merece destaque foi a criação e evolução do modelo europeu de integração. Formalizada no ano de 1950 sob a égide de contemporizar os ânimos e estabelecer um novo mecanismo de *status quo* na Europa Ocidental baseado no livre-comércio, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) apreciou o tema em estudo ainda no ano de 1952, quando iniciou-se um debate entre os integrantes acerca da possibilidade de uma Política de Defesa Comum, diante da proximidade dos membros do Bloco para com a ameaça da União Soviética. (FERREIRA-PEREIRA, 2007).

Como explica a pesquisadora, os documentos para o início de uma estratégia de Defesa Comum estavam prontos para serem postos em prática no ano de 1954, mas em virtude da memória recente da Segunda Guerra e da humilhação que sofreu pela ocupação Alemã durante este conflito, a França decidiu por não assinar o documento.

Ferreira-Pereira (2007) argumenta que esta decisão findaria por reforçar o já exposto paradigma do período de que a defesa competia exclusivamente a cada Estado e à superpotência global à qual o mesmo estava filiado, além de que tornou o tema da integração em Defesa um tabu no bloco europeu e naqueles que seguiriam seu modelo nas décadas seguintes.

Em sentido complementar ao pensamento de Ferreira-Pereira (2007), Neves (2013) e Mansfield e Solingen (2010) defendem que tal postura estava condizente com a realidade do período, pois não apenas a França, mas tampouco as potências líderes do mundo bipolar poderiam concordar e permitir que um outro grupo -a inda mais um grupo que envolvesse parcela do território alemão - constituísse um poder paralelo no setor de Defesa com potencial para um dia vir a fazer frente às suas hegemonias.

Desse modo, os temas ligados à integração regional em Defesa tornaram-se tabu não apenas no cenário europeu, mas em todos os espaços sob a égide de uma das duas superpotências, sendo possível, contudo, a cooperação nestes temas desde que tutelados ou em cooperação direta com uma das mesmas.

É necessário ainda abordar a esfera da Estrutura que, se a mesma se mostrara difusa e ineficiente nas fases anteriores, nesta onda as experiências de Regionalismo passaram a engendrar um novo patamar de Institucionalização para além do framework de tratativas sobre um tema específico ou uma amálgama de acordos preferenciais de comércio. (NYE, 2009).

Ademais, com a consolidação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e os avanços da ONU, vários outros concertos do período, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) passaram a criar estruturas e a abranger os mais variados temas em seu escopo, tais como defesa e combate às drogas ilícitas e a promoção do desenvolvimento econômico regional.

Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018) explicam que, paulatinamente, o bem-estar passou também a incorporar os cidadãos, meio-ambiente, cultura e outros

temas, ainda que nesta fase os mesmos não fossem percebidos como agentes na integração, mas sim como objetos sobre os quais as decisões da integração agiriam.

Tal fenômeno corresponde a diferenciação descrita por Carlos Riojas, o qual apresenta em seu capítulo em Scott (2009) a diferenciação entre Instituição e Organização, segundo a qual o conceito de Instituição se referiria às estruturas legais (framework) necessárias e desenvolvidas para compor uma arena de debates e soluções sobre uma determinada unidade territorial (país, região, continente), indicando também quais temas e agendas são o foco de sua atividade.

Por sua vez, Organização diz respeito às dinâmicas que os autores atuantes em uma instituição desenvolvem entre si para tomarem decisões e definirem os temas, abordagens, posturas e ações concretas que serão tomadas ao longo do tempo no escopo da instituição. Tal entendimento também se faz presente em Hettne e Söderbaum (1998).

Essa diferenciação se mostra fundamental não apenas para constatar o interesse e as estruturas que algumas das experiências de integração regional nesta terceira fase, mas também se mostrará importante na análise dos dados coletados sobre a própria UNASUL que serão apresentados nos capítulos seguintes, uma vez que se perceberá que a institucionalização de uma agenda de integração não corresponde diretamente a uma organização (compromisso) com as agendas acordadas (BRAGATTI, 2019).

Uma última consideração acerca das organizações de integração global e regional desta fase diz respeito a como a mesma percebe seus avanços. Sobre o assunto, Neves (2013) destaca a partir da observação do modelo Europeu que já se mostram evidentes os dois modos de como uma Organização de integração regional pode apresentar seus avanços.

O primeiro e mais evidente método é pelo ingresso de novos membros, o que, no contexto Guerra Fria simbolizava não apenas uma vitória para a organização em si, mas também para a securitização da região para a superpotência aliada.

O outro meio seria pelo aprofundamento das relações entre os países no escopo dos temas envolvidos com o bloco e na adição de novos temas ao mesmo.

Em ambos os casos, Neves (2013) cita o exemplo europeu, que permitiria nas décadas seguintes a entrada de novos membros e expandiria seu portfólio de ação para além de uma simples Zona de Livre Comércio para uma verdadeira integração das estratégias econômicas lideradas por França e Alemanha, além de promover a unificação do tratamento legal aos cidadãos dos países do bloco e de seus direitos de livre circulação entre os parceiros.

Este desenvolvimento impressionante acabou por impulsionar a Comunidade Europeia a seu ainda vigente – embora fragilizado – papel como modelo de maior sucesso de integração ampla e profunda entre Estados de um espaço territorial próximo, o que se tornará evidente a partir da década de 1990. (VEIGA e RIOS, 2007).

Em resumo, a Terceira fase do Regionalismo foi marcada por uma ampliação dos debates e dos limites de escopo, espaço e estrutura do Regionalismo para além dos limites das fases anteriores, ainda que tal avanço não possa ser dissociado da estrutura bipolar vigente naquele período. (MANSFIELD e MINER, 1999).

Tendo apresentado estas três ondas do Regionalismo e da evolução histórica de seus limites, é preciso agora adentrar na Quarta e atual onda, expondo suas principais mudanças para com as fases anteriores e explicitando o que todo este histórico influencia no caso específico da desagregação de metade dos membros da UNASUL.

## 2.2 O NOVO REGIONALISMO E SUAS ESPECIFICIDADES

Até o presente momento, ficou evidente que o Regionalismo enquanto conceito e objeto de estudo apresenta como características fundamentais **o desenvolvimento de uma rede de relações mais ou menos estruturadas (institucionalizadas) entre um grupo de Estados que visa o alcance do bem-estar de seus membros ou a contenção de riscos em um determinado Espaço, atuando sobre um determinado Escopo de maior ou menor Abrangência.**

Também foi percebido que este Espaço não é delimitado apenas por proximidade territorial, mas também pode ser encontrado na aproximação por

interesses comuns e que o Escopo de uma experiência de Regionalismo pode evoluir e se expandir com o passar do tempo.

Cabe então o questionamento: o que seria o Novo Regionalismo? Como este surgiu? Que mudanças ele propõe para o conceito de Regionalismo?

Tal como nas fases anteriores, não há consenso sobre qual experiência de regionalismo marca o início desta onda, mas é perceptível que há um período em específico de consenso sobre o cenário global e as características que marcam a mesma. (MANSFIELD E SOLINGEN, 2010).

Neste sentido, ao estudarem o fenômeno do Regionalismo nas últimas décadas do século XX Hettne e Söderbaum (1998) concluíram que as articulações em torno dos conceitos e limites de região e das Instituições e Organizações de integração regional não mais corresponderiam ao que chamaram de Velho Regionalismo<sup>12</sup>.

Para os autores acima citados, o modelo tradicional de integração regional praticado até então não poderia ser dissociado das dinâmicas de poder da estrutura conjuntural da Guerra Fria, a qual engessava as possibilidades de escolha com relação aos objetivos da integração (focado sobretudo no fortalecimento econômico e na securitização territorial regional), assim como na disponibilidade de parcerias possíveis sob a lógica ideológica e econômica aos quais os países estavam filiados no período.

A paulatina desarticulação do Sistema Bipolar a partir da década de 1980 resultou em um novo cenário global marcado pela multipolaridade, pelos mercados em globalização de produtos, serviços e ações, pela queda da hegemonia norte-americana e ascensão de outros players a nível global (China, União Europeia, etc.) e pelo enfraquecimento do Estado-Westfaliano à medida em que atores antes vistos como instrumentos das ações de poder dos Estados passaram a ser vistos com maior autonomia no cenário global. Todo este conjunto de fatores permitiu que os integrantes de um processo de regionalismo também aferissem nesta onda um grau de autonomia em suas decisões

---

<sup>12</sup> Mansfield e Solingen (2010) explicam que não é incomum que o Regionalismo seja percebido como tal apenas a partir da Terceira Onda, na qual a Institucionalização dos blocos de interesse passou a conferir aos mesmos um reconhecimento formal por parte de outros agentes internacionais e um engajamento entre os participantes inexistente nas fases anteriores. Portanto, quando na literatura aparece o termo Velho Regionalismo ou Regionalismo Tradicional, os autores majoritariamente estão reportando às organizações criadas no contexto da Terceira Onda.

institucionais e organizacionais sem precedentes na história do Regionalismo. (MANSFIELD E MINER, 1999).

É preciso clareza, contudo, de que tais mudanças não ocorreram de forma automática ou homogênea, mas sim seguiram um processo de abertura econômica e de aprendizado que foram sendo adquiridos ao longo dos anos do Pós-Guerra Fria.

Neste sentido Hettne e Söderbaum (1998) e Riojas em Scott (2009) defendem que a década de 1990 deve ser vista como uma fase de transição entre o Regionalismo tradicional e o que classificam como Novo Regionalismo, ou a Quarta onda de Regionalismo para Mansfield e Miner (1999).

Segundo os autores do parágrafo anterior, o Novo Regionalismo se caracteriza pela flexibilidade estrutural, espacial e de escopo, pela maior liberdade de associação a partir dos interesses dos integrantes e – a partir dos anos 2000 – por uma parcial rejeição aos paradigmas das décadas anteriores, o que acaba por incluir a própria fase transicional.

Ainda sobre as mudanças na conceituação de Regionalismo, a contribuição do paradigma Construtivista defendido por autores como Wendt (1999) e Katzenstein (2008) promoveu uma abordagem sob a qual o bem-estar e a proximidade territorial não deveriam ser considerados necessariamente elementos centrais e fundamentais do Regionalismo, pois defendem que o mesmo consiste em uma construção político-social da integração. Para esses autores o fator salutar é que as organizações do Novo Regionalismo se desenvolvam com a construção ou reforço de uma identidade coletiva entre os integrantes, a fim de fortalecer o comprometimento para com o processo integrador.

Essas produções científicas acabaram por exacerbar no Novo Regionalismo um questionamento que já segue este tema desde a primeira fase: por que integrar um processo de regionalismo?

Nas fases anteriores as limitações nas esferas de espaço, escopo e estrutura apresentavam um leque restrito de possibilidades para os aderentes. Desse modo, era mais fácil que os países mantivessem contato constante e contínuo com suas proximidades e que, considerando a defesa da soberania, o escopo da integração fosse restrito a acordos comerciais e de segurança pouco integrada.

Também se fazia mais simplificada, ainda que não menos comprometedora a consideração de fatores e o processo decisório (integrar ou não) para os países e o aceite, principalmente na terceira onda do Mundo Bipolar, uma vez representava a compra de todo um conjunto de políticas econômicas, sociais e de segurança, além de uma perenidade à integração, vis a vis a ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), os membros dos Mundos Capitalista e Socialista e mesmo da ainda vigente União Europeia. (MANSFIELD e MINER, 1999).

Concomitantemente, os países tiveram que lidar com maior autonomia decisória ao mesmo tempo em que precisam se adaptar aos fluxos contínuos e constantes de uma arena internacional em globalização que tornam a necessidade de flexibilidade e adaptabilidade características importantes para o sucesso de Estados e demais atores no cenário global (NYE, 2009).

Tal leque de opções, como recorda Tsebellis (2002), torna a decisão de como, porquê e para que integrar um questionamento muito mais complexo e dependente das prioridades e interesses dos partícipes da integração. Como não há necessariamente uma grande potência que coaja os países a participarem de alguma iniciativa de Regionalismo neste cenário, Mansfield e Solingen (2010) e Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018) argumentam que **a solidez e a perenidade da integração dependem sobretudo da correspondência entre os interesses dos integrantes e a correspondência dos mesmos para com a organização das iniciativas do Bloco.**

Outra visão complementar está presente na obra *Theories of New Regionalism*, na qual Söderbaum e Shaw (2003) argumentam que as prioridades dessas novas organizações e a motivação para a criação das mesmas transita da busca por uma maior estabilidade econômica e gradativa progressão para a criação de agendas conjuntas para o desenvolvimento desde o começo do processo integrador, reforçando o entendimento de que o Regionalismo deixa de ser um campo para assuntos específicos que talvez possa expandir suas agendas para – desde a sua concepção – **estruturar um projeto de desenvolvimento regional holístico e co-participativo.**

Considerando todos estes autores e argumentos até então apresentados, é possível fazer as seguintes constatações:

- **Com quem Integrar:** O Novo Regionalismo não pode ser compreendido sem que se observe o processo histórico, particularmente no século XX das experiências anteriores de integração regional. Isto não é possível porque, como explicam Wendt (1999) e Tsebellis (2002) os países como agentes de processo decisório levarão em consideração suas experiências anteriores na hora de tomar uma decisão. Para os autores, a tendência é que quanto mais interações um agente desenvolve com seus pares, maior tende a ser sua capacidade de prever as reações dos demais e planejar suas estratégias e calcular suas perdas e ganhos com o leque de decisões do qual dispõe. Essa experimentação tende a tornar os países mais criteriosos em suas escolhas, o que não significa que irão necessariamente pelo caminho mais previsível, já que a decisão dependerá das prioridades que está adotando no momento. Ademais sob o Novo Regionalismo mais do que nunca as parcerias não dependem necessariamente de proximidades geográficas, mas prescindem sobretudo de um reconhecimento ou desenvolvimento de uma identidade comum aos envolvidos, que tenderia a tornar mais orgânicas, harmônicas e possivelmente mais equilibradas as relações entre os mesmos (KATZENSTEIN, 2008).

- **Por que Integrar:** Em se tratando de prioridades ou objetivos da integração, foi visto que ao longo da evolução do Regionalismo estes migraram de um equilíbrio de poder visando manter o *status quo* para uma ferramenta de recuperação econômica passageira (Liga das Nações), para um espaço de discussão de temas globais e arrefecimento de crises internacionais (ONU, OTAN) para uma alternativa desenvolvimento e posicionamento político e econômico (União Europeia, Blocos Capitalista e Soviético) (MANSFIELD E MINER, 1999). Observando os erros e acertos dos períodos anteriores, o Novo Regionalismo se caracteriza pelo questionamento dos valores e práticas adotados e/ou propostos pelos Estados mais desenvolvidos e as experiências Tradicionais de Regionalismo<sup>13</sup>, resultando em muitos casos na busca de novas soluções a partir de um olhar voltado para dentro e de dentro do espaço regional. O ideal

---

<sup>13</sup> Como será discutido na seção seguinte, este foi um dos principais catalisadores para caracterizar a UNASUL neste campo dos novos regionalismos, já que seu escopo inicial ia muito além dos dois objetivos clássicos já apresentados.

da busca por bem-estar a partir da cooperação, contudo, permanece, tornando-se apenas mais flexível às especificidades e interesses de cada associação ao invés de atreladas diretamente à influência de uma grande superpotência, ao menos em teoria.

- **Como Integrar:** Como observado anteriormente, foi propagada a partir da experiência de expansão e aprofundamento da União Europeia que para ter sucesso em seu fortalecimento político e econômico os países precisariam seguir a progressão gradual experimentada pelo Bloco, a qual partiu de uma Zona de Livre Comércio para uma União Aduaneira, para um Mercado Comum até a Integração Econômica e Política que os países tem encontrado dificuldades para implementar de forma efetiva desde meados dos anos 2000 (MANSFIELD E MINER, 1999). Embora a maioria das instituições criadas neste período ainda tenham optado por seguir o modelo tradicional adotado pela União Europeia, à medida que foram surgindo desafios na integração ou peculiaridades específicas (como desequilíbrios fiscais, proximidade ideológica entre governantes ou carências em estruturas físicas que amparassem a integração), dinâmicas alternativas à progressão tradicional começaram a despontar no cenário internacional. A UNASUL, como será apresentado a seguir, trata de um caso desta tendência multifacetada da integração.

Portanto, é possível compreender que o que é estudado como Quarta Onda (Mansfield e Miner 1999), ou Novo Regionalismo (Scott, 2009) não se trata de uma ruptura completa com o passado, mas sim da continuidade do processo evolutivo deste fenômeno.

Desse modo, Mansfield e Solinger (2010) reiteram que a central característica que marca o Novo Regionalismo, conferindo-lhe esta percepção de liberdade de ação, associação e territorialidade é justamente este arcabouço das experiências passadas que, negativa e positivamente marcaram o processo decisório dos países e lhes permitiram desenvolver preferências e aversões no momento de responder as questões básicas da integração: Por que, Como/O Que e Com quem. Trata de um regionalismo que ao mesmo tempo tem maior potencial para atender às demandas específicas dos participantes ao mesmo tempo que é mais frágil, uma vez que esses interesses tendem a mudar para se adaptar ao ritmo acelerado do mundo contemporâneo do século XXI.

Em conclusão, é por este motivo que se faz necessário adotar um método de avaliação de risco para essas experiências de Novo Regionalismo que seja flexível o suficiente para se adaptar às prioridades e compromissos assumidos em cada caso em apreço.

Para avaliar as condições escolhidas foi adotada como Método central da pesquisa a Análise Configuracional (Rihoux e Ragin, 2009), a qual permitirá tanto verificar configurações de condições que levaram à saída ou permanência no Bloco, quanto – diferente das pesquisas já apresentadas sobre a UNASUL – observar com maior acuidade o quanto as agendas de desenvolvimento institucionais e organizacionais do bloco corresponderam ou não com os interesses de seus membros na integração.

### 3 REGIONALISMO SUL-AMERICANO E A UNASUL NA LITERATURA ACADÊMICA

A fim de se melhor compreender as condições escolhidas para análise em capítulos posteriores, bem como os processos que desencadearam na formação e fragilidade da UNASUL, é preciso primeiro discorrer quais os motores para a cooperação e integração regional que constituíram a identidade do regionalismo Sul-Americano.

Diferente do que pode parecer à primeira vista, a jornada do regionalismo como proposta para a prosperidade da região não se trata de assunto recente. A Integração Regional como estágio mais avançado de cooperação, por exemplo, já estava presente nos discursos de lideranças políticas regionais pelo menos desde o século XIX, período no qual ocorreram os principais processos de independência dos países do subcontinente como explanam Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018), De Castro Vieira (2015) e Riggiozzi (2012).

De Castro Vieira (2015) descreve que durante este período sob a liderança de Simón Bolívar foi iniciado o processo de construção de um imaginário espaço comum latino-americano, que posteriormente viria a constituir a base do que hoje é conhecido como o Bolivarianismo.

Para esse autor, reconhecer este sentimento de pertencimento e irmandade imaginada entre os países do subcontinente se traduz em elemento fundamental para compreender os processos de integração na região que viram a surgir no século seguinte.

Tal sentimento se traduzia em uma vontade de ratificar a independência das ex-colônias com relação às metrópoles europeias correlatas a partir de uma negação de valores e costumes europeus e na busca por identificar valores e costumes genuínos das ex-colônias, somados à proposição de uma integração política e econômica entre os países da região.

Tendo sido anunciada ainda em 1823, a Doutrina Monroe e a famosa frase “América para os Americanos” foram apresentadas como uma alternativa em oposição ao pensamento de integração bolivariano. Como recordam Briceño-Luiz e Lombaerde (2018) e De Castro (2015), esta proposição foi se fortalecendo principalmente a partir do início do século XX e da busca por parte dos Estados Unidos de expandir seus negócios e influência militar (Operações no Caribe e

América Central) para o resto do continente em face do impedimento de acesso aos mercados da Ásia e África que era praticado pelos países europeus, securitizando sua competitividade no mercado global do período.

Este embate entre o Latinopan-americanismo e o Pan-americanismo é ponto central para se compreender as dinâmicas de integração no continente e a forma de se pensar e decidir sobre o mesmo ao longo do século XX e mesmo no Novo Regionalismo do Século XXI (Briceño-Ruiz e Lombaerde, 2018).

Para estes autores, trata de elemento diferenciador que inviabiliza a aplicação crua dos modelos europeus de integração na região, uma vez que está sempre presente no processo decisório dos países da região latino-americana o temor da hegemonia de uma grande potência que usurpe seus recursos sem prover um retorno que torne vantajosa a relação.

Ainda destacam os pesquisadores acima, bem como Veiga e Rios (2007) e Riggiozzi e Grugel (2015), que tal temor acabaria por contaminar mesmo as relações entre os próprios países da América Latina, os quais acabam por se perceber reticentes e cautelosos mesmo com os processos de integração e cooperação entre si. Esta informação será importante mais tarde para a percepção dos desafios da UNASUL.

### 3.1 A ESCOLA CEPALINA E A INTEGRAÇÃO ETAPISTA

Retomando a evolução histórica e o debate pan-americanismo e latinopan-americanismo começou a apresentar maior relevância para a integração regional a partir dos anos de 1950, quando os países da América Latina perceberam uma oportunidade para buscar maior independência econômica – especialmente no setor industrial – a partir da integração. É importante lembrar que neste período a Europa estava se recuperando dos danos causados pela Segunda Guerra Mundial e que, em 1957, expandia o escopo e território ao se transformar na Comunidade Econômica Europeia (CEE) (DE CASTROVIEIRA, 2015).

Neste momento da terceira onda do Regionalismo, a ideia de Bem-estar e desenvolvimento encontrava-se profundamente ligadas à concepção de que crescimento econômico se igualava ao desenvolvimento (Almeida Filho e Corrêa, 2011), o que ao longo das décadas seguintes levaria à uma escalada na importação de indústrias que modernizassem e aquecessem os mercados destes países.

De sua parte, muitos dos Estados Latino-americanos apostaram que se conseguissem captar indústrias de ponta e substituir as importações em seus territórios, poderiam atingir maior liberdade dos Estados Unidos e da proposta do pan-americanismo (ALMEIDA FILHO E CORRÊA, 2011).

Foi neste contexto de recuperação econômica que foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Fundada ainda em 1948 sob a égide do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL apresentava desde sua concepção um caráter etapista e de projeção quanto às suas propostas de integração e desenvolvimento, respectivamente, para os autores acima citados.

Era etapista porque, partindo do pressuposto que a integração regional levaria ao desenvolvimento dos países envolvidos, propunha uma progressão para o aprofundamento de escopo (temas abordados) para a integração que se tornaria tanto notória quanto infame nas décadas que seguiram: União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica.

Este tema será aprofundado no capítulo seguinte ao abordarmos a Terceira Fase do Regionalismo, sendo o crucial no momento compreender que no contexto latinoamericano esta proposta seria traduzida nas décadas seguintes em diversas iniciativas de integração regional fundamentadas no setor econômico como ponto de partida para sua formulação e planejamento (DE CASTRO Vieira, 2015).

Dentre estas iniciativas, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) se destaca por reunir tanto pequenas, quanto as principais economias da América Latina, as quais buscaram no período (década de 1960) projetar o processo de desenvolvimento experimentado na Europa Ocidental e Estados Unidos para sua realidade doméstica, buscando superar um modelo econômico baseado na produção agrícola para migrar de maneira efetiva à uma economia fundamentada na produção industrial de ponta.

Conforme explica De Castro Vieira (2015), a ALALC se manifestava ao menos quanto ao acordo assinado em Montevideu em uma proposta de Zona de Livre Comércio entre os seus membros que pretendia-se a conversão em profunda integração econômica nos anos seguintes.

Isto seria feito reconhecendo que os países da região estavam em patamares desiguais de desenvolvimento e industrialização e, portanto, participariam de forma mais ou menos ativas, com maior ou menor redução tarifária nas transações regionais de forma gradual, proporcionando um paulatino equilíbrio nas transações que culminaria no desenvolvimento de todos os envolvidos.

Tanto De Castro (2015), quanto Almeida Filho e Corrêa (2011), quanto Neves (2013) consideraram a proposta Cepalina da ALALC como um ambicioso projeto, que foi se esfacelando à medida que a estratégia de substituição de importações e industrialização se mostraram insustentáveis para a Economia dos países membros, as quais foram colapsando uma a uma durante as décadas de 1970 e 1980.

O problema central era que as vantagens comparativas, as debilidades da mão de obra local no período e a infraestrutura necessária para escoamento da produção exigiram recursos que estes países não dispunham, recursos que precisariam ser captados das parcerias com as grandes potências, o que impediu os países justamente de se desvencilharem da dependência econômica com os EUA, que se intensificaria até a década de 1970, quando a Crise do Petróleo fez secar as vultosas somas de capital que o país norte-americano injetava na região (DE CASTRO VIEIRA, 2015).

O que argumentam Almeida Filho e Corrêa (2011) e Machado (1999) – é que a relação desta região com o tema do regionalismo ficaria desde este momento marcada por um dualismo quanto à finalidade da cooperação/integração.

Se, como reportam Almeida Filho e Corrêa (2011), ao longo das décadas de 1950 e 1960 a proposta de regionalismo para o desenvolvimento regional estava atrelada diretamente à CEPAL e focava seus esforços em uma tradução dos modelos de desenvolvimento econômico experimentado pelas grandes potências do período (notoriamente os Estados Unidos no cenário interno e do Europeu, no campo da integração) para a realidade regional, as limitações de

recursos (humano, tecnológico, estrutural, etc.) acabaram por conferir à proposta cepalina um caráter mais normativo que efetivamente propositivo e exequível para o desenvolvimento econômico latino-americano. Isto se traduziu no fracasso da primeira iniciativa de integração na América do Sul e nos questionamentos quantos às prioridades para o regionalismo no subcontinente latino-americano.

Retomando os argumentos de De Castro Vieira (2015) sobre a construção da identidade do regionalismo latino-americano, a escola cepalina e as experiências de integração fundamentadas em seu seio contribuíram para a construção de uma escola estruturalista para integração regional esse subcontinente.

Por fim, como explicam Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018), esta corrente de pensamento bebeu das aspirações de independência e possível integração orgânica entre os países da América Latina, defendendo que era preciso paulatinamente e com observância à realidade de cada país integrar as economias da região para que os países pudessem atingir o almejado status do desenvolvimento.

Como consequência das debilidades da administração pública regional em conduzir propostas efetivas para o desenvolvimento econômico, somados ao já mencionado dilema da Terceira Onda de forte vinculação das propostas de integração com as forças dominantes do mundo Bipolar, paulatinamente ganhou forças uma outra abordagem para o desenvolvimento doméstico e regional para a América Latina inspirado no latinopan-americanismo: A Teoria da Dependência (MACHADO, 1999).

Fortemente influenciado pela dialética marxista de opressor e oprimido e pelo ideal bolivariano de integração entre os semelhantes, a Teoria da Dependência<sup>14</sup> defende que a tentativa de transposição de modelos de integração e desenvolvimento constituem apenas mais um instrumento no projeto de dominação (dependência) dos países da região para com as grandes potências mundiais.

No que se refere especificamente à integração regional, essa teoria propõe que os países definam o escopo, formem a estrutura de trabalho e

---

<sup>14</sup> Machado 1999; Meunier e Medeiros, 2013; Riggirozzi, 2012; Veiga e Rios, 2007.

desenvolvam uma identidade própria para a integração a partir da identificação de interesses comuns aos países da região e do reconhecimento da identidade partilhada de abusos historicamente sofridos sob o julgo das grandes potências que se apoderaram dos meios de produção dos países da região.

Desse modo, o estruturalismo cepalino e o independentismo dependentista aparentavam uma aparente convergência de interesses e objetivos na busca por maior liberdade para a região frente às potências internacionais.

Como demonstram Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018) e Neves (2013), essa associação não se mostra assim tão direta, uma vez que o foco do pensamento cepalino estaria na tradução dos modelos internacionais que levaram ao desenvolvimento para o contexto latino-americano. O que se pretendia era desenvolver a região em consonância ao resto do sistema internacional.

Por sua vez Para Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018), Machado (1999) e Riggirozzi (2012), o discurso da dependência vai além, propondo em verdade que os países se organizem não somente de forma independente das vontades das grandes potências, mas sobretudo que o processo integrador represente um papel de resistência e oposição a tais influências, visando criar uma estrutura paralela de governança regional e mesmo global.

Tal dicotomia na busca por maior Liberdade e discricionariedade na Institucionalização e Organização dos processos de regionalismo, que ficaram em segundo plano nas decisões políticas durante o período majoritário da Terceira Onda, ganharam forças para ascender no debate público no Novo Regionalismo, fabricando como questão central os limites entre liberdade econômica e independência regional.

### 3.2 O REGIONALISMO DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA

O período inicial do Novo Regionalismo na América Latina ficou caracterizado por uma fase de transição. Esta primeira fase, que se deu de 1980 até o fim da década de 1990 e seguiu a tendência globalizante do período e foi marcada pela forte institucionalização com a criação de diversas estruturas (como o MERCOSUL) a fim coordenar uma estratégia para integrar os países e

estabelecer uma linguagem e objetivos em comum entre os mesmos (O'DONNELL, 2013).

Dentre suas características principais, Saraiva e Briceño-Ruiz (2009), O'Donnell (2013) e Veiga e Rios (2007) põe em evidência que as iniciativas de integração deste período focaram seus esforços em traduzir as políticas liberalizantes propostas pelos Estados Unidos e aliados após o fim da Guerra Fria.

Embora esta opção dos países naquele momento se assemelhe às propostas da fase cepalina – no que concerne a estratégia de tentar traduzir estratégias vencedoras das grandes potências para o cenário latino-americano – já era possível perceber o interesse de ir além da coordenação de estratégias individuais de desenvolvimento para uma ainda incipiente proposta de integração de fluxos de pessoas, informações e a criação (ou afirmação) de uma identidade partilhada autêntica, que deveria paulatinamente se tornar prioritária em relação às parcerias tradicionais da história dos países do Cone Sul (VEIGA E RIOS, 2007).

Um exemplo bastante claro desta mudança foi a transformação pela qual a ALALC sofreu durante o período. Em 1980, a instituição mudaria de nome para Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), mantendo como objetivos centrais a paulatina redução de taxas entre os países, embora iniciando uma abertura de agenda para a cooperação em desenvolvimento social e discussão de redes coordenadas de produção (DE CASTRO VIEIRA, 2015).

Alguns desafios não são de fácil superação, no entanto, de modo que a dificuldade que os países do Cone Sul apresentaram em dialogar para se tomar decisões em conjunto e o foco em tentar resolver as problemáticas internas de forma autônoma corroboraram para que a Institucionalização das relações entre os países integrantes dos blocos existentes na região não fosse complementada por uma Organização (coordenação entre os planejamentos) que levasse à tomada de decisões coordenadas para promover o desenvolvimento econômico, a justiça social e o equilíbrio fiscal dos países da região, na semelhança ao que ocorreu nas décadas anteriores<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> O'DONNELL (2013); SARAIVA E BRICEÑO-RUIZ (2009); VEIGA E RIOS (2007).

Para diversos autores<sup>16</sup>, o parágrafo acima apresenta um retrato fiel dos processos de integração na América Latina do período, em particular do MERCOSUL. Isto se deve em primeira instância pelo contraste entre os dispositivos de integração que foram propostos pelo bloco e adicionados ao longo dos anos de existência em relação ao que a instituição conseguiu efetivamente realizar.

Segundo Malamud (2020), mesmo em seu nome o bloco já apresentava pretensões elevadas e ambiciosas, uma vez que adotando uma nomenclatura ambígua como “Mercado Comum do Sul” demonstrava sua disposição para que outros países do Cone Sul viessem a se integrar ao projeto de desenvolvimento integracionista. Nesse mesmo sentido, o MERCOSUL abraçava aspirações elevadas, como a criação de tarifas alfandegárias internas e externas comuns (o que ficou incompleto), a criação de um mercado comum (o que não foi realizado), uma harmonização das estruturas legais e normativas entre os países (também não foi realizado, uma vez que a cooperação é feita caso a caso e por vias diplomáticas, sem uma infraestrutura interna para o Bloco), além da livre circulação de pessoas (o que foi realizado com restrições) e a adoção de uma cláusula democrática (limitada pela soberania nacional e prejudicada com o posterior ingresso da Venezuela).

Na prática, o MERCOSUL se destacou de seus semelhantes e antecessores principalmente pelo fato de já ter se iniciado como uma proposta de integração com maior solidez, reconhecendo a importância de que era necessário criar estruturas próprias responsáveis pela coordenação das agendas econômicas e sociais do processo de integração. Todavia, mantendo a tradição de valorização da soberania nacional como princípio fundamental do Bloco acabou por corroborar com a postura já esperada de que os países membros adotassem suas próprias prioridades, o que enfraqueceria em muito o bloco a partir das crises econômicas que se iniciaram na segunda metade da década de 1990 (O'DONNELL, 2013).

Contrastando com esta primeira fase que se aproximava do perfil Cepalino de integração etapista e transposição de modelos internacionais, a segunda fase que se desenvolveu a partir dos últimos anos da década de 1990

---

<sup>16</sup> MALAMUD (2020); SARAIVA E BRICEÑO-RUIZ (2009); VEIGA E RIOS (2007).

e que se consolidaria na década seguinte ficou marcada por grande turbulência no cenário internacional devido à quebra de confiança entre os cidadãos dos mais variados países do globo e políticos nacionais que adotaram – de forma mais aguda ou mais branda – políticas liberalizantes do pacote de medidas que ficaram conhecidas como o Consenso de Washington (LEGRENZI, 2013).

De acordo com este autor, entre abertura irrestrita de mercados (especulação financeira), amplas privatizações e poucos incentivo à produção nacional, muitos países viveram os últimos anos do século XX sob o temor e as dificuldades de uma profunda crise econômica.

Em sentido complementar, durante sua análise sobre as mudanças na América Latina no fim desta década, O'Donnell (2013) conclui que o período de transição ainda não havia acabado. Em verdade, o autor argumenta que valores como liberdade de mercado, isonomia e mesmo Democracia ainda estavam muito incipientes no inconsciente coletivo dos cidadãos e na cultura política dos países da região, ficando incerto se no futuro próximo estes países realmente conseguiriam consolidar a experiência democrática ou transitariam novamente para outro tipo de regime, como acabou por ocorrer no caso Venezuelano.

Como rememoram Veiga e Rios (2007) o ideal de desenvolvimento no discurso doméstico estava profundamente atrelado à capacidade de sobrevivência e sucesso sob este pacote de medidas liberais, as quais não eram facilmente transplantadas diante do cenário de transição de regimes de governo, ampla desigualdade social e setor produtivo com pouco valor agregado que preponderaram na América Latina do período.

Os pesquisadores recordam ainda a iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) como uma última grande tentativa por parte dos Estados Unidos em manter os países do subcontinente sob sua influência, o que aumentou ainda mais a desconfiança no imaginário coletivo regional para com este país, inclusive devido à então recente memória de apoio do mesmo aos regimes autoritários que foram sobrepostos.

Para Saraiva e Briceño-Ruiz (2009), o MERCOSUL recobriria um pouco de seu brilho neste momento, pois mesmo que estivesse tentando traduzir as políticas liberalizantes para o cenário interno dos países membros, se apresentava como o principal escudo da região contra o projeto da ALCA e a proposta de pan-americanismo que a mesma representava.

Foi nesse período de incertezas, mais precisamente em 1999 que a ALADI decidiu migrar de agenda, adotando o ideal de enfrentamento tão caro ao dependentismo e ao latinopan-americanismo, quando a instituição aceitou o ingresso de Cuba em no Bloco, em direta afronta à política norte-americana de bloqueio ao Estado caribenho que vigorava na época (DE CASTRO VIEIRA, 2015).

Esta configuração de fatores: Desequilíbrio de poder para com as grandes potências, desigualdade e desafios internos e insatisfação para com o modelo etapista de integração<sup>17</sup> acabaram por levar diversos países latino-americanos a questionar as organizações de Regionalismo vigentes.

Em suma, este momento pode ser compreendido como uma fase de lançamento de bases para uma integração num Novo Regionalismo – ainda muito fundamentadas em influências extra regionais – a qual careceu deste olhar mais atento às necessidades e demandas reais dos cidadãos e países da região.

Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018) reiteram que se mostravam cada vez mais evidentes os anseios por uma nova forma de promover o desenvolvimento regional que partisse de uma abordagem melhor adaptada aos desafios do Cone Sul, que promovesse o desenvolvimento regional e principalmente, que respeitasse a soberania e promovesse a interdependência entre os países da região.

Era preciso desenvolver um Novo Regionalismo para a América do Sul.

---

<sup>17</sup> Neves (2013) rememora que experiências como o MERCOSUL e o CAN foram construídos com um pensamento de fora para dentro, por assim dizer. Numa América do Sul que está se direcionando a uma guinada à Esquerda e a políticas econômicas heterodoxas, manteve-se nestes blocos a postura de transposição do modelo de integração etapista da União Europeia.

## 4 METODOLOGIA

Objetivando averiguar com maior cuidado o caso em apreço, foi escolhido o método da Análise Qualitativa Comparada (QCA), também conhecida como Análise Configuracional.

De acordo com seus desenvolvedores, o QCA se destaca por transitar no limiar entre os métodos quantitativos e qualitativos, utilizando-se da matemática booleana e teoria dos conjuntos para que se possa estabelecer configurações ou conjuntos de fatores que, com maior ou menor força são capazes de produzir uma explicação para o objeto de pesquisa (RIHOUX e RAGIN, 2009).

No QCA, as condições que o pesquisador estabelece com base na literatura acadêmica que colheu são avaliadas segundo o pertencimento do objeto de estudo para com as mesmas.

A escolha de condições implica em outro fator importante para a análise em QCA: além da hipótese central da pesquisa também serão testadas Argumentos secundários, fruto das inferências desenvolvidas a partir do arcabouço teórico que justifica a escolha das condições utilizadas para testar a combinação de fatores que resultou na aproximação de algum dos extremos de pertencimento ou não pertencimento (RAGIN, 2008).

Desse modo, o que se busca com a aplicação do QCA é inferir que condições se mostraram mais relevantes para que as observações alcançassem o resultado observado. O conjunto de fatores que apresentarem caráter suficiente (basta que haja este fator para o fenômeno ocorrer) e/ou necessário (quando combinado a outras condições, este fator leva à ocorrência do fenômeno) são denominados de configurações, indicando todas as possibilidades de associação que levaram à ocorrência (ou não ocorrência) do fenômeno observado (RIHOUX E RAGIN, 2009).

Em outras palavras, se avaliarmos o fenômeno X a partir das condições A, B, C e D e forem observados que se apenas com a Condição A o fenômeno já vai ocorrer, então afirmamos que a mesma é suficiente para a ocorrência do fenômeno, aproximando sua observação da relação com mesmo de causalidade entre variável dependente e independente de pesquisas quantitativas. Se as Condições B, C e D só resultam no fenômeno quando também se notam outras condições (Exemplo: A+B+D, ou C+D), então dizemos que elas são necessárias

para aquele conjunto de condições para o qual contribuem para que ocorra o fenômeno.

Ragin (2008) explica que uma variável pode ser suficiente e necessária ao mesmo tempo, desde que ela consiga estabelecer com o resultado uma relação causal tanto de forma isolada quanto em conjunção com outras condições utilizadas no modelo.

É preciso também que esteja claro que o QCA apresenta várias modalidades de uso. Seguindo as orientações de Rihoux e Ragin (2009), esta pesquisa se utilizará de uma modalidade conhecida como Fuzzy Sets, o que indica que as condições em análise apresentarão as características de uma variável ordinal, variando o grau de pertencimento de uma amostra (país) por condição, oscilando entre os valores 0 (nenhum pertencimento) e 1 (total pertencimento).

Os Fuzzy Sets se diferenciam das demais modalidades de QCA – o *Crisp* e o *Multi-Value*. Ele se diferencia do *Crisp* QCA (CsQCA) pois vai além da afirmação binária do pertencimento ou não pertencimento do resultado por parte da condição, avaliando as nuances (graus) do pertencimento e, por conseguinte, identificando com maior acuidade o poder explicativo das variáveis sobre o fenômeno. Também é diverso do *Multi-Value* QCA (McQCA) porque este apesar de apresentar uma certa nuance nos graus de pertencimento, ainda está vinculado a pontos específicos na sua gradação, sendo por conseguinte menos exato em suas nuances que os Fuzzy Sets.

Como fora citado anteriormente, o *Fuzzy Set* QCA (FsQCA) trata de uma ferramenta que visa apresentar com maior nuance o grau de pertencimento de um elemento observado para com a condição que está sendo utilizada para observá-lo. Como explica Ragin (2008), os Fuzzy sets são particularmente úteis quando se trabalha com variáveis contínuas, uma vez que evadem a inferência categórica e taxativa do CsQCA e as gradações rígidas do MvQCA permitindo o deslocamento das observações entre os pontos extremos do 0 (não pertencimento absoluto) e 1 (pertencimento absoluto). Desse modo, o autor responde às críticas com relação ao caráter determinístico e possível viés do CsQCA e do MvQCA. Isso não impede que em estudos baseados no FsQCA sejam utilizadas condições baseadas nas duas outras aplicações do método.

Ragin (2008) alerta, contudo, que é necessário ao pesquisador o domínio teórico e conhecimento das informações descritas pelas condições escolhidas para que o estudo apresentado apresente coesão e evite ao máximo o viés. Infelizmente, como o autor da pesquisa precisa delimitar os pontos a partir dos quais as observações se encontram em pertencimento, ou não pertencimento para com a condição, não é possível eliminar por completo o viés da pesquisa, não impedindo que o autor justifique suas inferências com base nos dados e teoria que compõem a pesquisa.

Ainda quanto às considerações iniciais de Ragin (2008) sobre o porquê da escolha desta variação do método, é importante destacar o significado do valor 0,5 e sua relação com as extremidades da distribuição. Sobre o tema, o autor esclarece que esse valor corresponde a ambiguidade máxima quanto ao pertencimento de uma observação para a condição em estudo. Em outras palavras, representa uma inferência que nem indica uma tendência de não pertencimento, nem suscita o pertencimento. Trata, em verdade, de um ponto de equilíbrio entre os extremos que precisa ser identificado para o ajuste fino na delimitação dos extremos.

Isto é importante porque no *Fuzzy set QCA* os dados são avaliados por sua distribuição entre os valores 0 e 1, sendo que na maioria dos casos, as condições não se encontrarão naturalmente distribuídas neste intervalo. Como orienta Ragin (2008), é preciso então calibrar as condições levando em consideração preferencialmente um mínimo de três limites, sendo estes:

1. o valor limite para certeza do não pertencimento ( $= 0$ ): observações com notações idênticas ou inferiores a este valor serão consideradas como não pertencentes àquela condição;
2. o valor de máxima ambiguidade ( $= 0,5$ ): quanto mais próximo deste valor, menor será o pendor da observação para ser classificada em um dos extremos do pertencimento. Sua significância para com a hipótese da pesquisa varia conforme a literatura e os dados que estão sendo empregados na pesquisa; e
3. O valor limite para a certeza do pertencimento ( $= 1$ ): observações com notações idênticas ou superiores a este valor serão consideradas como pertencentes àquela condição.

Cunha e Filho (2019) e Rihoux e Ragin (2009) alertam, contudo, que o ponto de máxima ambiguidade não se trata exatamente do ponto médio entre os dois limites, mas que deve sobretudo se embasar na teoria adotada e como a mesma se aplica aos dados coletados. Desse modo, se compreende o porquê deste valor ser também conhecido como ponto de conversão, indicando a partir de qual grau dentro do parâmetro observado uma observação passa a apresentar uma correlação com a condição escolhida.

Para além dos valores limite, há também que se levar em consideração a Consistência e Cobertura das condições escolhidas, as quais têm relação direta com os conceitos de Necessidade e Suficiência.

Foi discorrido anteriormente que a necessidade e suficiência representam respectivamente condições que em conjunto com outras incidem no caso que está sendo avaliado e condições que isoladas já são suficientes para gerar o resultado. Como explicam Cunha e Filho (2019), o Coeficiente de Consistência representa o principal mecanismo para a validação do QCA, uma vez que implica em medir o grau em que os casos compartilham determinada condição (ou conjunto de condições), medindo a proximidade entre os conjuntos em apreço. Quanto maior a área de interseção entre os conjuntos (quanto maior o seu poder explicativo para o resultado), maior será o coeficiente de Necessidade observado no estudo.

Qualitativamente, o coeficiente de necessidade também tem a função de avaliar a suficiência das condições (ou conjuntos de condições) para o resultado, o que se mostra importante na medida em que é possível que o estudo encontre mais de uma condição ou combinações de condições que levem ao mesmo resultado. Considerando que o coeficiente varia entre 0 e 1, Rihoux e Ragin (2009) sugerem que se adote o valor de 0,5 como limite mínimo para que uma condição ou conjunto de condições possam ser classificadas como suficientes para um caso. É possível inclusive distinguir entre o coeficiente relativo (referente ao modelo), do coeficiente específico para cada caso observado, o que pode ajudar na avaliação de casos *outliers* no estudo.

Um último ponto sobre o coeficiente de consistência é que quando se trata da validação de modelos, o ideal é que se adote uma consistência mínima de 0,8 para que a conjunção de condições aferida possa ser considerada como

explicativa. Isso significa que para cada 100 casos no estudo, 80 deles serão contemplados por aquela conjunção (CUNHA E FILHO, 2019).

O coeficiente de cobertura, por sua vez, diz respeito a quantos dos casos podem ser explicados por uma determinada condição ou um conjunto de condições. Variando igualmente entre 0 e 1, o coeficiente é interpretado da seguinte maneira: quanto maior a cobertura, mais casos são explicados por aquele conjunto de condições ou condição isolada. Cunha e Filho (2019) explicam que o coeficiente de consistência tem preferência ao coeficiente de cobertura. Isto se deve em primeiro lugar porque não faz sentido calcular o coeficiente de cobertura para condições ou conjuntos de condições que não se mostram suficientes (coeficiente inferior a 0,8) para explicar o modelo.

Outro motivo é que, justamente observando os casos *outliers* (apresentam um conjunto de condições que destoam do modelo) que podem surgir a identificação de novas possíveis pesquisas de estudo de caso ou condições que ficaram omissas no modelo aplicado à pesquisa atual.

Quando temos conjunções que podem levar tanto a um resultado quanto a seu oposto, ou que não levam a nenhum dos resultados em apreço na pesquisa, afirmamos que estamos diante de remanescentes lógicos, os quais também podem indicar ou a lacunas na concepção do modelo, ou simplesmente a casos que não se aplicam, dependendo da consistência e cobertura das conjunções que explicam o modelo (RAGIN, 2009).

No caso em apreço, a partir da Suspensão por tempo Indeterminado (Resultado 0) ou Permanência (Resultado 1) de um membro na UNASUL as condições (como por exemplo o capital investido em um setor estratégico do Bloco) são registradas e, em seguida, o autor pode de forma autônoma ou com o auxílio de programas com suporte para o método avaliar a existência e número de condições que interagem para a culminância nos resultados observados.

Neste sentido, espera-se que esta pesquisa possa ser aplicada a outros casos de Novos Regionalismos, podendo mesmo servir como um mecanismo de avaliação da qualidade e do risco de desarticulação de uma destas Organizações, bastando que se substituam as condições prioritárias específicas para a UNASUL por aquelas dos blocos em estudo.

Uma última vantagem do QCA é que em sua maioria as ferramentas de programação são gratuitas e de acesso relativamente fácil e principalmente, como o afirmam Rihoux e Ragin (2009), são estudos que podem ser replicados desde que os autores da pesquisa expliquem com clareza as condições que utilizaram para avaliar os resultados.

## **5 O COMPROMISSO NA UNASUL: PROXIMIDADES E RUPTURAS COM A IDENTIDADE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA**

Conforme fora observado no quinto capítulo desta pesquisa, a identidade do Regionalismo Latino-Americano ao longo de sua história carrega consigo sérias contradições, as quais se mostram fundamentais para o entendimento da UNASUL.

Como visto desde a década de 1950 e o estruturalismo etapista cepalino, um dos grandes desafios para a adoção de um processo perene de integração na América Latina trata do contraste entre a autonomia doméstica e prioridades da integração.

Para Lizarazo e Lombaerde (2017), ainda que o direito constitucional dos países do Cone Sul apresenta mais normas favoráveis ao regionalismo, a fervorosa busca por autonomia econômica, social e política nos estados da região tornou a relação dos mesmos quanto às propostas de integração regional conflituosas, já que a soberania dos Estados e suas decisões quanto à assuntos estratégicos sempre tenderam a prevalecer sobre as prioridades estabelecidas nas instituições de integração.

Tal constatação resgata o já mencionado caráter complementar entre organização e instituição Scott (2009), pois pouco serve uma instituição estabelecida para formalizar e estabelecer regras para as relações intra e extrabloco se os seus membros não se organizam internamente e entre si para tornar material as propostas da integração.

Isto se faz evidente nas instituições apresentadas anteriormente, uma vez que tanto a crise do Petróleo da década de 1970, quanto as quebras de bolsa da década de 1990 revelam um processo cíclico na experiência de integração regional latino-americana.

Primeiro há uma fase na qual a integração regional e a cooperação entre os países é vista com bons olhos. Há um resgate com o ideal de que a integração será a resposta para a solução dos desafios internos e internacionais que os países da região enfrentam, concordando de que não conseguirão resolvê-los por conta própria (DE CASTRO, 2015).

Em seguida às discussões iniciais - realizadas sobretudo por meio de fóruns e conselhos regionais - a parceria é formalizada com a criação de instituições que coordenarão os esforços conjuntos dos países e as agendas prioritárias. É crucial notar, contudo, que esta institucionalização não se traduz em uma profundidade das discussões. Para Malamud (2020) em seu estudo comparativo entre o MERCOSUL e a União Europeia, as cartas constitutivas dos blocos regionais na América Latina se assemelham muitos mais à uma carta de intenções do que a um denso portfólio de atuação com artigos vinculantes, ou mesmo à um framework de conceitos fundamentais.

O terceiro momento é o início do planejamento para pôr em prática os compromissos assumidos no Bloco, com a escolha de algumas das intenções propostas no texto constitutivo do Bloco para serem postas em prática, como foi o caso da redução de tarifas alfandegárias para alguns produtos no contexto da ALALC/ALADI ou do estabelecimento de tarifas interna e externa comuns para alguns produtos e serviços, além das políticas de circulação de pessoas no contexto do MERCOSUL.

Como argumentam Lizarazo e Lombaerde (2017) e Neves (2013), esta etapa do ciclo não costuma durar muito devido tanto aos limites constitucionais para os países da região no que se refere ao apreço às políticas supranacionais necessárias à coordenação (organização) do planejamento para o desenvolvimento no bloco.

O quarto e último momento diz respeito ao desencantamento com a proposta de integração regional, fruto da incipiência nos resultados à curto prazo das medidas tomadas para cumprir as intenções firmadas no Bloco, com o afastamento dos membros da busca por soluções intrabloco em favor de soluções em relações bilaterais ou multilaterais autônomas sob o estandarte do princípio da soberania, ao menos até que alguma crise ou oportunidade do qual não consigam superar/aproveitar com os recursos domésticos tornem novamente atrativa a ideia da integração como possível solução, reiniciando o ciclo (BRICEÑO-RUIZ, 2018).

Uma consequência direta desse processo histórico no qual a maioria das economias da região apresentaram diversas debilidades e crises econômicas ao longo da segunda metade do século XX foi o desenvolvimento de um estigma dual quanto à integração regional, uma vez que as iniciativas de integração

passaram a ser percebidas tanto como uma solução viável para os desafios de crescimento econômico e desenvolvimento, quanto como um símbolo de dominação para com as grandes potências pela adoção de seus modelos de desenvolvimento e integração regional, alimentando diretamente a narrativa de conflito entre latinopan-americanismo e americanismo (BRICEÑO-RUIZ, 2018).

A Identidade da Integração Regional na América Latina, ao menos dos anos de 1950 até o início do novo milênio apresenta como características fundamentais um caráter cíclico, fortemente marcado pelo imediatismo dos países na região em colher dos frutos do regionalismo ao mesmo tempo em que se mostram reticentes em converter as prioridades institucionais da integração em prioridades transformadoras da política doméstica. Mais ainda, era difícil mesmo o reconhecimento de que para dar certo a integração demandaria de uma reestruturação legislativa e das políticas nacionais para as pastas da integração, o que terminaria por tornar ainda mais inviável o alcance dos resultados esperados com a integração.<sup>18</sup>

Foi necessário apresentar esta reflexão acerca do perfil da integração na América Latina até o fim do século XX, cabe agora apresentar o contexto de criação da UNASUL, suas diferenças e semelhanças com os processos antecessores e contemporâneos para que se compreenda as condições utilizadas para avaliar a decisão de permanecer ou se afastar do Bloco em 2018.

## 5.1 UNASUL: CONTEXTO, EXPERIÊNCIA E VIVÊNCIA

Como Veiga e Rios (2007) discorrem, o processo que levou a criação da UNASUL apresenta forte influência do contexto de rejeição à proposta de integração da ALCA e da fragilidade econômica na qual a maioria dos países da região se encontravam nos primeiros anos do novo século. Em verdade, os autores explicam que neste momento inicial não estava muito claro aos países da região o que se queria como integração diante do afastamento entre os membros do MERCOSUL, mas isijto não era realmente o que sobressaía, uma vez que tão importante quanto saber o que se deseja com a integração é preciso que se saiba igualmente o que não se almeja alcançar com a mesma.

---

<sup>18</sup> BRICEÑO-RUIZ (2018); DE CASTRO VIEIRA (2015); RIGGIROZZI (2012); SCOTT (2009); VEIGA E RIOS (2007).

A aspiração por recuperação econômica, a memória recente dos regimes autoritários que governaram a região entre as décadas de 1960 a 1980, além do enfraquecimento do MERCOSUL e sua proposta de integração etapista e focado na seara econômica fez do debate público dos países do Cone Sul do final dos anos de 1990 um terreno fértil para a teoria Dependente e políticos com propostas heterodoxas e discurso voltado a solucionar históricas assimetrias sócio-econômicas nos países da região. Briceño-Ruiz (2018) narra que pode ser identificado o ano de 2003 como o início da concertação para a criação de um novo projeto de integração regional para a região, dada a ascensão aos principais cargos públicos nos países do Cone Sul de políticos da denominada Esquerda global.

Foi neste contexto de aproximação entre os chefes de Estado dos 12 países da América do Sul que foi possível iniciar os debates para a articulação de uma proposta de integração regional em oposição à liberalização econômica e evasão das questões sociais da década anterior. As discussões foram travadas em uma trilha de reuniões bianuais, as Cúpulas Sul-Americanas de Nações, realizadas entre 2000 e 2004. Na terceira e última cúpula ficou acordado que elas seriam substituídas pelas Cúpulas de Chefes de Estados e Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações, que tornar-se-ia a seguir o Bloco em estudo nesta pesquisa.

Criada oficialmente em 23 de maio de 2008, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi estabelecida neste cenário de Novos Regionalismos com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional e regional por meio da integração das estratégias e projetos de país entre os signatários da Organização (UNASUR, 2019).

Para se ter uma ideia da amplitude de objetivos da instituição, segue abaixo o Artigo 2º do Tratado Constitutivo da UNASUL, o qual declara:

“Art. 2º - A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados”. (UNASUR, 2019).

Ainda que tenha adotado tão grande número de pastas para abarcar em seus projetos, Veiga e Rios (2007), Meunier e Medeiros (2013) e Briceño-Ruiz e

Lombaerde (2018) explicam que foram em três grandes áreas que os recursos e esforços da organização foram concentrados nestes primeiros dez anos de funcionamento, a saber: Defesa, Saúde e Economia<sup>1920</sup>.

Este fato é de significativa importância porque, como veremos no capítulo que segue, o Regionalismo em seu espectro de integração regional só apresentar maior diversidade durante a fase de transição entre a Terceira Onda e o Novo Regionalismo, gozando os países de maior liberdade para decidirem entre si sobre quais as prioridades de integração (MANSFIELD E MINER, 1999).

O foco nesta trinca de Defesa, Saúde e Segurança, respectivamente com a institucionalização do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) e do Banco do Sul (BDS). Entender como estas instituições foram configuradas para atender à proposta pós-liberal do Bloco se mostrará de fundamental importância para a compreensão das condições escolhidas para a análise da UNASUL e avaliação dos resultados.

Instituído oficialmente em 2009, o CDS se destaca como a instituição que consistentemente mais recebeu recursos diretos do Bloco, partilhando tal importância com o ISAGS. Inicialmente, a proposta de construção de um espaço securitizado para a região teve que contemporizar os históricos conflitos territoriais na região, como é o caso da disputa entre Colômbia e Venezuela pelo golfo de Maracaibo e entre Venezuela e Suriname pelas águas da Bacia do Essequibo.

Bragatti (2019) explica que para conciliar os interesses diversos e por vezes conflitantes entre os países membros, o CDS concentrou seus esforços sobretudo no primeiro de seus quatro objetivos para a cooperação: a

---

<sup>19</sup> Sobre este tema, os autores citados neste parágrafo justificam a ênfase sob o objetivo de securitizar a região e se fazer independente das antigas parcerias sobre o tema (com destaque para a cooperação entre Colômbia e Chile para com os EUA) e criar estrutura para competir com produtores em maior proximidade de poder de compra. Esta estratégia teria de enfrentar alguns desafios. O primeiro é que considerando a proximidade geográfica e de matriz produtiva, muitos países têm os mesmos produtos ou similares a oferecer. Outro problema é que países com Brasil e Chile tem um poder econômico muito maior que os pequenos países do Bloco, o que acaba por manter a assimetria entre os integrantes.

<sup>20</sup> Os dados relativos aos relatórios orçamentários da UNASUL que comprovam a priorização das áreas citadas estão disponíveis em: BRASIL, **União de Nações Sul-Americanas**, disponível em:

“<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>”, acesso em: 2 jan. 2019.

Coordenação de Operações de Defesa. Para entender o porquê de este ter sido o foco é necessário informar que os demais objetivos do Bloco eram:

- A cooperação militar e humanitária em operações de paz;
- Desenvolver a indústria e tecnologia bélica regionais; e
- Treinamento e capacitação conjunta.

Como visto anteriormente, o regionalismo latino-americano apresentou historicamente como uma de suas características fundamentais a busca por equilíbrio entre autonomia e integração. Seguindo este posicionamento, foi um fator importante para a priorização do primeiro objetivo a busca pela manutenção da independência entre os Estados, o que tanto ajudou quanto dificultou a integração dos países no CDS.

O Conselho de Defesa Sul-Americano também precisou lidar com os acordos e parcerias já vigentes entre os países da região com outras instituições regionais e globais. Dentre os empecilhos se destaca a histórica parceria em Defesa e Segurança entre Colômbia e Estados Unidos, a qual estava voltada sobretudo ao combate de agentes do crime organizado transnacional atuantes no país. Também foi importante a participação do Brasil em missões de paz da ONU, o que ia diretamente contra a proposta de poder paralelo da UNASUL.

Bragatti (2019) explica que estes casos acabaram por mostrar os desafios para a efetiva integração do Bloco, pois para os países do Cone Sul as principais ameaças não se encontravam na questão de Defesa em si, mas sobretudo em agentes de mercados ilícitos atuando no cenário interno e nas fronteiras entre estes países e as alianças estratégicas que não estavam dispostos a romper.

Em verdade, o CDS acabaria por se mostrar como um bom exemplo dos desafios para integração latino-americana, uma vez que tanto a teoria<sup>21</sup>, quanto a experiência europeia de integração regional demonstram que a tendência é que, quanto mais forte a integração entre os países membros, menor será a liberdade individual de ação dos mesmos diante dos vínculos e obrigações que contrai no processo integrador.

Bragatti (2019) e Fuccile (2014) argumentam que o CDS começou construindo bases importantes para a pacificação do Cone Sul e a construção de um espaço securitizado comum que reduzisse assimetrias a partir da

---

<sup>21</sup> MANSFIELD E SOLINGER (2010); NEVES (2013); SCOTT (2009).

institucionalização de iniciativas como o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED) e a Escola Sul-Americana de Defesa (Esude). Contudo, as pretensões integracionistas na seara da Defesa não foram suficientes para movimentar as lideranças regionais do período a propor mudanças legislativas no campo doméstico que permitissem uma atuação mais efetiva do Conselho e suas iniciativas correlatas.

Ainda que seu estudo tenha sido publicado em meados de 2014, Fulcile aponta ainda outro elemento que dificultaria a integração no CDS: a existência da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a qual - na seara da Defesa - representava uma pretensão paralela do governo venezuelano em coordenar os esforços de Segurança e Defesa não apenas no Cone Sul, mas para a América Latina e Caribe. Para o autor, tal pretensão está diretamente ligada a imagem de Simón Bolívar e seu papel como símbolo do latinopan-americanismo, do qual a Venezuela se percebe como a primeira guardiã.

Nesse contexto, que esperava-se que a integração em Defesa com a participação do Brasil auxiliasse na contenção das pretensões impositivas venezuelanas, o que funcionou nos primeiros anos da UNASUL, mas logo recrudesceria à medida que os países membros foram se percebendo frustrados com a morosidade da integração, sem que abrissem mão de parcela da autonomia doméstica que permitisse ao CDS atingir maior desenvoltura (BRAGATTI, 2019).

No que se refere ao Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, Buss e Ferreira (2011) o descrevem como um dos mais positivos exemplos de integração em saúde, pois sua agenda se dirigia não apenas à cooperação esporádica em saúde, incluindo também o treinamento conjunto e a discussão de temas em saúde coletiva de modo integrado.

Os autores argumentam que o ISAGS apresentava potencial para ser um positivo exemplo de Diplomacia em Saúde, uma vez que poderia servir como elemento pacificador dos conflitos regionais. Isso se deve ao fato de que as disputas mais acirradas na região, tais como entre Colômbia e Venezuela; e Venezuela e Suriname se dão entre países que fazem fronteira entre si, apresentando diversas similaridades com relação ao quadro de doenças endêmicas, podendo o enfrentamento integrado das mesmas se transformar em instrumento de integração e dissipação de conflitos.

Tal visão positiva com relação ao ISAGS pode ser compreendida como mais um exemplo do rol de estudos acadêmicos que se mostraram esperançosos com a integração, uma vez que - observando o ciclo dos processos de integração latino-americana apresentado anteriormente - se encontra justamente no período inicial da integração, quando os países abraçam um amplo espectro de agendas e um igualmente ambicioso ideal de integração, que paulatinamente vão sendo desgastados à medida que os interesses domésticos e assimetrias vão se sobrepondo aos interesses comuns.

Contudo, há na obra de Buss e Ferreira (2011), um reconhecimento de que o principal desafio para a perenidade do prognóstico positivo para o ISAGS e demais instituições da UNASUL seria a própria motivação para a criação do Bloco, a qual se difere das experiências anteriores por apresentar como cerne a integração por motivações políticas, muito mais do que por motivações econômicas.

Quanto ao Banco do Sul, por se tratar da principal instituição do Bloco voltada à uma questão tradicional da integração regional por representar a seara da Economia de ser percebido como a pasta de maior diferenciação com as fases anteriores do regionalismo latino-americano.

Primeiro porque a constituição do banco representa a institucionalização da aspiração da construção de um espaço econômico para a América do Sul e mesmo para a América latina independente do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Alves et al (2015), o BDS representou uma tentativa de materializar a agenda dependentista pós-liberal na seara econômica latino-americana pois foi concebido por Brasil e Venezuela como uma alternativa à estas instituições de financiamento internacionais, as quais exigiam de seus devedores a adoção de medidas de austeridade fiscal e abertura econômicas, o que para as lideranças do Cone Sul no período representava um retorno à submissão aos interesses do pan-americanismo e do denominado Norte Global.

Calixtre e Barros (2010) complementam recordando que no mesmo ano em que foi decidido que a UNASUL seria efetivamente institucionalizada (2004) a Venezuela formalizou junto ao governo cubano um outro Bloco paralelo à proposta do Cone Sul. A Aliança para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos, que em 2009 se tornaria a já mencionada ALBA era

encabeçada por Venezuela e Cuba, tendo como objetivos centrais promover a integração social, política e econômica entre os países da América Latina.

Este evento é importante porque, como elucidam Alves et al. (2015), o Banco do Sul se tornaria tanto um centro de aproximação, quanto um centro de embate entre os países do Cone Sul, uma vez que Brasil e Venezuela, respectivamente a maior economia e o maior bastião do projeto político pós-liberal apresentavam estratégias diversas de desenvolvimento econômico.

A estratégia brasileira visava sobretudo a manutenção da flexibilidade na integração, preservando a independência das instituições domésticas de regulação econômica, enquanto que a Venezuela propunha uma abordagem mais incisiva, defendendo que a integração econômica devia ser completa, pois em seu cenário doméstico já subjugava a seara econômica aos interesses políticos da presidência e seus aliados. Tanto pela importância do país na economia global, quanto por sua proposta estar mais alinhada com o interesse de conservar a autonomia dos países latino-americanos, o Brasil acabaria por se sobrepor nas decisões sobre o BDS, o que resultou na redução do impacto da instituição na profundidade da integração econômica regional.

Por outro lado, os autores descrevem que o BDS se diferencia das iniciativas anteriores de cooperação econômica devido à possibilidade de financiamento de agentes privados, provimento de capital em caso de desastres naturais, além de um fundo reembolsável ou não reembolsável de solidariedade social, indicando uma preocupação em estimular a cooperação, redução de assimetrias e a irmandade entre os países.

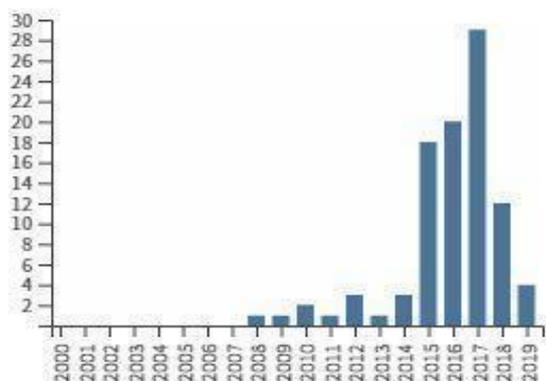
Cabe, por fim, mencionar que os recursos do Banco do Sul também estariam disponíveis para outros países da América Latina, o que acabou por causar certa tensão entre os países membros de maior instabilidade e menor poder econômico, pois defendiam que a instituição deveria em primeira instância prover para os membros em detrimento à proposta venezuelana de integração do espaço econômico de toda a América Latina.

Ao longo de seus anos de existência, a UNASUL despertou o interesse da comunidade acadêmica tanto pelas possibilidades de articulação de poder entre os países que a compõem e as conjecturas acerca de seus objetivos para com o concerto, quanto pela identidade da União em si e seus reflexos para as demais iniciativas de regionalismo no continente.

No que se refere à produção acadêmica sobre o Bloco, é notável que começaram a ser publicadas pesquisas sobre o tema ainda no ano de sua institucionalização oficial, sendo possível se perceber um certo otimismo quanto à organização devido as características que a diferenciaram de iniciativas anteriores de integração.

A UNASUL não apenas inaugurava a primeira iniciativa de integração regional formada majoritariamente por lideranças heterodoxas nos países da América do Sul, como também iniciava suas atividades com a priorização de pautas que anteriormente seriam vetadas fora do escopo doméstico da soberania estatal, notadamente as searas da Saúde e principalmente da Defesa (NERY, 2016).

Como demonstra o gráfico a seguir, retirado do indexador de citações científicas *Web of Science*, houve uma profusão de publicação que se voltaram à UNASUL principalmente a partir do ano de 2015, provavelmente devido ao fato de que neste período a maioria das grandes Instituições derivadas da mesma já estarem estabelecidas em conjunto com o fato de que apenas a partir de 2011 os países iniciaram o repasse de recursos para tornar materiais as iniciativas do bloco.



Fonte: Web of Science<sup>22</sup>.

Quanto ao conteúdo da produção sobre a UNASUL, é possível perceber que o mesmo pode ser dividido em três abordagens distintas, a saber:

<sup>22</sup> WEB OF SCIENCE. **Relatório de Citações. Tópico: UNASUR**. Disponível em: ["http://apps.webofknowledge.com/CitationReport.do?product=WOS&search\\_mode=CitationReport&SID=7D8jnFKX8RxdQT3jZMV&page=1&cr\\_pqid=1&viewType=summary"](http://apps.webofknowledge.com/CitationReport.do?product=WOS&search_mode=CitationReport&SID=7D8jnFKX8RxdQT3jZMV&page=1&cr_pqid=1&viewType=summary). Acesso em 23 de maio de 2019.

- Das dinâmicas de poder entre os países membros e nas relações entre os mesmos e outros atores externos, mas correlatos às agendas e à manutenção do Bloco;
- A comparação da UNASUL com outras Instituições de Regionalismo da região (majoritariamente) e do mundo (raramente); e
- Da análise das grandes agendas e projetos do bloco, seus percebidos e possíveis impactos para as áreas específica de cada agenda e como as mesmas se comparam com aquilo proposto e executado por outras instituições.

Dentre estas três abordagens, aquela que mais se aproxima da presente pesquisa é a primeira, tendo em vista que seu foco se encontra em como os países que compuseram o Bloco se relacionavam com os temas mais caros ao mesmo, seu engajamento para com as agendas políticas da integração e que fatores favoreceram a desintegração à união. Cabe, contudo, observar o que autores que adotaram as outras duas abordagens para melhor compreender as especificidades da UNASUL no fenômeno do Novo Regionalismo.

Em seu artigo comparativo entre a UNASUL e a ALBA, Riggiozzi (2012) identifica que a UNASUL nesta nova fase do Regionalismo se caracteriza por um profundo grau de Institucionalização e se ocupa de temas mais pesados e tradicionais das Relações Internacionais, como Defesa e bem-estar econômico sem abandonar demandas específicas da região como é o caso da Saúde. Em contrapartida, a ALBA se caracteriza sobretudo pela integração da sociedade civil e de uma cultura comum entre os povos dos países envolvidos.

Para a autora, tal preocupação com a Institucionalização reflete três anseios centrais para a formação da UNASUL:

- O desejo dos membros em desafiar a governança norte-americana no subcontinente;
- A intenção de garantir a perenidade da integração a partir de instituições que lidam com temas estratégicos; e

- A vontade de promover uma imagem de isonomia e reconhecimento de irmandade entre os integrantes do Bloco.

Riggiozzi (2012) conclui que ambos os Blocos, devido à sua tentativa de produzir um regionalismo de dentro para fora ao invés de importar modelos e valores de outras experiências<sup>23</sup>, os mesmos se encaixam com facilidade no espectro do Novo Regionalismo, principalmente em sua fase Pós-Liberal.

Este texto, quando somado às obras apresentadas sobre as três searas de atuação principais destes primeiros 10 anos da UNASUL: o repúdio à influência norte-americana na região e ao modelo de integração liberal que visava reduzir o Estado e abrir os mercados da região para as grandes potências durante a década de 1990, além, claro, do caráter institucionalizante percebido no Bloco.

Outro texto que se destaca no que se refere à comparação da UNASUL com Instituições anteriores e que elaborou projeções sobre os possíveis cenários para o futuro da mesma foi a avaliação apresentada à CEPAL por Veiga e Rios (2007).

Embora o relatório seja anterior à formalização da UNASUL, os pesquisadores já conseguiam identificar muitos dos desafios generalizados à Instituição que vieram a se confirmar nas pesquisas posteriores, como a dificuldade de diálogo e consenso entre os governos vigentes e principalmente o reconhecimento de que, mesmo os países apresentando pontos de convergência, estava patente a disparidade de poderio político e econômico entre os associados, o que prejudicaria o discurso de isonomia e irmandade, tão caros ao Bloco.

Focados em produzir uma análise voltada para a comparação entre Argentina, Brasil e Venezuela para com o MERCOSUL Saraiva e Briceño-Ruiz (2009) reiteram a narrativa histórica das ondas do Regionalismo e desvelam outro elemento de desafio para a integração dos países sul-americanos.

---

<sup>23</sup> Como a própria autora reconhece, não é possível escapar totalmente de imitar estruturas de experiências anteriores de regionalismo, mas a mesma justifica sua afirmação declarando que as instituições desenvolvidas pela UNASUL seguem muitas vezes o caminho reverso do regionalismo tradicional, mirando desde o começo em constituir macroestruturas na região, como é o caso do anseio de securitizar todo o Cone Sul dependendo sobremaneira dos recursos e poderio aferidos pelos Estados-Membro.

Para os autores, quando se reduzem ou extinguem as influências diretas das grandes potências que na terceira fase serviam como protetoras do bem-estar doméstico de seus aliados, ainda que lhes impusessem políticas econômicas específicas, as lideranças que emergiram sob o discurso de combater tal influência passam a apresentar um caráter de autonomia e personalismo político que dificultam a integração.

Em verdade, estes autores concluem com ceticismo acerca do futuro da integração para a região diante das vontades políticas domésticas e das pretensões de permanência no poder de grupos mais radicais, ressaltando que qualquer iniciativa de cooperação entre estes países está ameaçada a se esfacelar ou mesmo nem começar. Este trabalho levanta uma questão cerne para compreender a UNASUL e seus desafios:

Afinal, pode uma Instituição fundada sob interesses e um discurso políticos específicos sobreviver às transições de governo em seus membros?<sup>24</sup>

Um último trabalho a se comentar neste capítulo é o estudo de Riggiozzi e Grugel (2015), no qual argumentam que para aferir os fracassos ou sucessos da UNASUL é preciso ir além dos interesses econômicos para avaliar o sucesso ou fracasso de uma integração regional. Para os autores, seria preciso que se averigue quais foram as consequências da experiência de integração para a cultura diplomática dos envolvidos e para a vivência dos cidadãos e demais atores correlatos à integração. Trata-se justamente do reconhecimento da importância que outros atores internacionais (sociedade civil e administração pública, no caso) tem conseguido representar para as decisões dos países onde se encontram.

Muito embora esta seja uma abordagem interessante e que poderá resultar em análises propositivas quanto ao Bloco, como pôde ser visto nos

---

<sup>24</sup> Este argumento é retomado em Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018), destacando que, se a UNASUL fora criada em um contexto favorável pela relação entre os governos de seus integrantes e pelo foco em uma identidade partilhada, é nestes mesmos governos que se encontra até o presente um dos maiores desafios para o sucesso e sobrevivência do Bloco: o perfil controlador e autônomo de seus governantes, pouco dispostos a ceder às decisões de uma maioria caso a mesma não favoreça sua permanência (por vias democráticas ou não) no protagonismo do cenário político desses países.

comentários acerca da tríade de agendas prioritárias, o foco da democratização e redução de assimetrias entre os países membros estava muito mais focada na harmonização dos interesses soberanos dos Estados enquanto estrutura governamental que na democratização para os cidadãos.

Como elucida Briceño-Ruiz (2018), isso tem relação direta com o avanço da agenda pós-liberal uma vez que para desestimular a cooperação com os Estados Unidos e União Europeia, a liberdade econômica dos cidadãos passou a ser vista como uma possível ameaça de continuidade/retorno da hegemonia destas potências globais na região. Desse modo, a liberdade econômica dos cidadãos foi percebida pelas lideranças políticas do período não como um princípio a ser defendido pelo seu valor próprio, mas como um instrumento para guiar os países em questão rumo à um sistema econômico independente, paralelo e antagônico para com o paradigma liberal.

Sob este viés a liberdade econômica dos cidadãos e empresários ficou condicionada à Cooperação com países que representassem esta postura de enfrentamento com o paradigma liberal, o que foi absorvido pelo discurso e prática adotada no período de fomentar a cooperação Sul-Sul, também conhecida como cooperação entre países em desenvolvimento.

A presente pesquisa se diferencia da maioria da produção acadêmica desenvolvida até o momento sobre a UNASUL pois tem em seu foco analisá-la como caso do Novo Regionalismo Latino Americano (e como parte do fenômeno do Regionalismo Pós-Liberal), adotando uma metodologia que vai além da análise puramente qualitativa para avaliar de modo quantitativo a adoção das agendas do Bloco por parte de seus países membros.

A questão é que, como uma das características centrais desta onda do Regionalismo é a maior flexibilidade para os aderentes organizarem a Estrutura (Institucionalização) e o Escopo (Objetivos) da integração, o compromisso dos membros para com o processo integrador acaba por aferir grande protagonismo para que se analise a integração a partir do engajamento dos participantes com as agendas acordadas (MASNFIELD E SOLINGEN,2010).

Foi preciso, portanto, procurar meios de se identificar quais foram as agendas centrais do Bloco nestes primeiros dez anos de existência para averiguar o quanto os países-membros estavam engajados ou não com a proposta de integração.

Quando este perfil de busca por independência, apresentado por diversos autores<sup>25</sup> do Novo Regionalismo é somado ao histórico latino-americano, é possível aferir que, como ressaltam Saraiva e Briceño-Ruiz (2009), Vigevani e Júnior (2014) e como pode ser aferido nos dados orçamentário disponíveis em Brasil (2019) e UNASUR (2019), a UNASUL ficou marcada em sua primeira década de existência por uma agenda inspirada na já abordada teoria da Dependência e na sua aplicação por meio do Regionalismo Pós-Liberal.

Nesse sentido, as obras acima argumentam e demonstram que o Bloco buscou estimular um portfólio amplo e integração que envolvia sobremaneira a gradativa exclusão da influência de antigas potências, promovendo a substituição das antigas relações entre os países da região para com as mesmas em favor da Institucionalização de organismos para desenvolvimento de estratégias comuns nestes temas.

Dentre os diversos Conselhos que compõe os aspectos estruturais, já foi mencionado que o CDS e o ISAGS merecem grande destaque em virtude de suas parcelas vultosas no orçamento da organização e também por sua relevância estratégica e política no que se refere à independência regional para com as potências globais.

Como foi narrado, contudo, a interação em ambas as partes se deu majoritariamente a partir do concerto entre as capacidades e recursos individuais de cada país membro em casos específicos, em detrimento da opção por tomar decisões sob a égide do Bloco, para aferir o compromisso dos países com estas duas agendas, portanto, optou-se por adotar os investimentos domésticos feitos por cada país membro nestas duas pastas.

No que se refere à seara econômica, a mesma será aferida por duas condições distintas. A primeira e mais óbvia diz respeito ao volume de recursos disponibilizados para o Bloco até o ano anterior à separação, observando-se se a tendência dos países membros foi de aumentar ou reduzir os recursos investidos ao longo dos anos no Bloco.

Outra condição diretamente econômica diz respeito à variação do comércio dos países membros entre si, sob a qual foi observado se sua

---

<sup>25</sup> Briceño-Ruiz e Lombaerde, 2018; Hettne, 2005; Hettne e Söderbaum, 1998; Mansfield e Miner, 1999; Riggirozzi, 2012; Scott, 2009; e Veiga e Rios, 2007.

tendência foi de incremento ou redução ao longo dos anos de existência do Bloco.

No limiar entre economia e política, foram selecionados respectivamente o comércio com os Estados Unidos da América e com os demais membros do grupo de países emergentes que estavam em ascensão nos primeiros anos do século XXI, os BRICS (sem levar em consideração o Brasil, e claro). Como apresentado anteriormente, estas duas condições auxiliam na aferição do comprometimento com a proposta de desenvolver um mercado paralelo em distanciamento com a economia liberal simbólica e discursivamente representada na figura dos Estados Unidos como líder da proposta do pan-americanismo em oposição ao latinopan-americanismo.

Outra condição escolhida trata da Liberdade Econômica nos países membros, utilizando do índice construído pela Heritage Foundation. O uso deste indicador é relevante porque além da liberdade empresarial e de mobilização de capitais por parte de pessoas físicas, também são considerados fatores como a efetividade da justiça e integridade dos governos<sup>26</sup> na elaboração do mesmo, correspondendo em parte à demanda de Riggiozzi e Grugel (2015) no que diz respeito aos impactos das lideranças heterodoxas regionais na vida dos cidadãos.

Por fim, embora possa ser defendido que todas as condições anteriores tenham um certo cunho político devido à própria natureza pós-liberal da UNASUL, foram escolhidas duas condições especificamente ligadas a esta seara.

A primeira diz respeito ao posicionamento do governo federal dos países membros com relação ao governo venezuelano no ano anterior ao afastamento de metade dos membros do Bloco. Como explicado anteriormente neste capítulo nas exposições de Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018), Riggiozzi e Grugel (2015), Calixtre e Barros (2010) e outros autores, a Venezuela dividia com o Brasil o papel de liderança representativa do Bloco, uma vez que ambos os países se

---

<sup>26</sup> Segundo a Página oficial do índice de Liberdade Econômica (2020), este coeficiente de integridade diz respeito tanto à transparência governamental, quanto aos mecanismos legais de *accountability* que os cidadãos gozam no sistema jurídico nacional para reclamarem ou defenderem direitos.

destacavam pela sua pujança econômica e agenda de defesa dos direitos sociais nos anos iniciais da UNASUL.

Para os autores, se por um lado a presença do Brasil no bloco fortalecia a UNASUL com a maior economia da América Latina, muitos de seus vizinhos ainda nutrem pelo país um certo temor em virtude do expansionismo brasileiro que se deu entre sua independência e as primeiras décadas do século XX. A Venezuela, como guardiã da memória integracionista de Simón Bolívar e sob o governo do então presidente Hugo Chávez (uma inspiração para outros governantes da região) foi reconhecido como o epicentro dos valores pós-liberais latinopan-americanos abraçados pela UNASUL, fato que lhe conferiu um valor simbólico como baluarte do contexto regional que permitiu a orquestração do bloco.

Avaliar a postura dos governos dos países membros para com o governo venezuelano no período imediatamente anterior à separação é fundamentalmente, portanto, observar a relação de tais países para com a agenda de integração e securitização regional da UNASUL.

A segunda diz respeito ao posicionamento dos países membros diante da assinatura do compromisso de criação de um grupo paralelo à UNASUL, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL). Criado no ano seguinte ao afastamento de metade dos membros do Bloco, este fórum visa a construção de uma rede de integração sul-americana em direta oposição à proposta da UNASUL nas suas mais variadas dimensões: postura quanto à liberdade econômica, foco inicial na seara econômica e na cooperação caso a caso, parcerias pragmáticas com grandes potências e principalmente um posicionamento crítico ao regime autoritário sob o qual vivem os venezuelanos atualmente.

Assinar o acordo para criação do PROSUL, portanto, pode ser percebido como mais do que um simples afastamento temporário da UNASUL, sendo mais coerente que se interprete o mesmo como uma negação da proposta de integração pós-liberal da UNASUL e um fracasso para esta instituição e o projeto de América do Sul que propôs aos países do subcontinente.

## 5.2 CONDIÇÕES UTILIZADAS NA PESQUISA E O MÈTODO DA ANÁLISE CONFIGURACIONAL

Como descrito no segundo capítulo desta pesquisa, foi observando a Literatura acadêmica e os dados disponíveis que se adotou como hipótese central: **A agenda de compromissos assumidos no bloco não foi adotada como prioridade pelos países membros, o que levou à decisão pelo afastamento para com o mesmo**, que foram selecionadas as seguintes condições para a avaliação do caso UNASUL:

- j) Porcentagem do Produto Interno Bruto do país investido no setor de Defesa;
- k) Porcentagem do Produto Interno Bruto do país investido no setor de Saúde;
- l) Capital direcionado pelo país para o orçamento anual da UNASUL;
- m) Porcentagem das exportações do país para os demais integrantes do Bloco;
- n) Porcentagem das exportações do país para os Estados Unidos da América;
- o) Porcentagem das exportações do país para os demais membros dos BRICS (Cooperação Sul-Sul);
- p) Evolução do Índice de Liberdade Econômica do País nos anos de pertencimento ao Bloco;
- q) Posicionamento dos Governos dos países quanto ao governo venezuelano no ano anterior ao afastamento (2017); e
- r) Aproximação à proposta do PROSUL no ano posterior ao afastamento do Bloco.

Conforme explicado na seção anterior o QCA inicia-se por demandar à teoria e ao caso específico quais as condições que deverão ser utilizadas na avaliação. Partindo do argumento central de que o Novo Regionalismo<sup>27</sup> se caracteriza pela construção de processos de integração fundamentados nos

---

<sup>27</sup> MANSFIELD E MINER, 1999.

interesses pessoais dos membros e menos na transposição de modelos externos, a opção para a avaliação de risco do Bloco deve partir, portanto, das agendas prioritárias que os próprios países membros decidiram por adotar na constituição institucional e organizacional do mesmo.

No capítulo dedicado à apresentação da evolução histórica do Regionalismo Latino-americano e considerando a observação da literatura sobre a formação e desafios de consolidação da UNASUL, discorreu-se como a região do Cone Sul foi paulatinamente se tornando mais e mais reticente com a importação de modelos de integração externos e com intervenções em direção ao pan-americanismo (Veiga e Rios, 2007).

Conforme explicado anteriormente, o objetivo central<sup>28</sup> para a formação do bloco seria securitizar a região a partir do afastamento das grandes potências que tradicionalmente exerceram influência na região em favor de parcerias com outros países da região, fortalecendo a identidade latinopan-americana na região, visando a construção de um espaço independente e focado na cooperação Sul-Sul.

Como indicaram Rihoux e Ragin (2009), o primeiro passo para o registro da condição foi demandar a partir da teoria qual o argumento secundário que cada uma adicionaria à hipótese central da pesquisa, estado os mesmos registrados na segunda coluna do quadro 1 que será apresentado em seguida.

Tendo apresentado em seções anteriores o processo histórico que culminou com a formação da UNASUL e as dinâmicas entre seus países membros que justificam as condições escolhidas, foi necessário então fazer o tratamento dos dados aferidos, o que foi realizado em duas etapas.

A primeira diz respeito à ordem de grandeza dos valores aferidos nos países membros do Bloco. Como era de se esperar em uma integração com países com poderio econômico, político e militar tão assimétricos, foi preciso estabelecer um padrão para que fosse possível a comparação entre os valores observados entre os países.

Neste sentido, foi adotado o método do Número Índice como medida de padronização das condições observadas. A técnica consiste em utilizar o valor observado em algum dos anos da pesquisa (No caso, foi utilizado o primeiro ano

---

<sup>28</sup> BRICEÑO-RUIZ E LOMBAERDE (2018); RIGGIROZZI E GRUGEL (2015); VEIGA E RIOS (2007).

de existência oficial do Bloco, ou o primeiro ano em que se investiu naquela condição específica) como base para se comparar cada um dos anos do estudo. Em outras palavras, se o valor inicial era  $x$ , os anos seguintes foram registrados a partir da razão  $x_n/x$  (RAGIN, 2008).

Este instrumento foi aplicado nas condições contínuas (DEF, SAU, CIB, COM, EUA e CSS) e permitiu que se deixasse mais evidente a progressão ou regressão dos investimentos dos países membros nos setores prioritários à UNASUL ao mesmo tempo que padronizou os dados para todas as observações utilizadas no estudo.

Como os valores tenderam a oscilar próximo do entre 0,5 e 1,5, estes foram determinados como os limites mínimo e máximo no momento seguinte do estudo, a calibragem das condições ao *Fuzzy Set*.

Quanto à condição LEP, a mesma já se encontrava como um índice variando entre 0 e 1, sendo apenas necessário convertê-la em categorias de pertencimento com relação ao resultado que foi escolhido como foco do teste. Como optou-se por avaliar a permanência no Bloco, então a condição teve que ser invertida, já que a postura mais controladora das lideranças dos países membros da UNASUL no período, indicavam que essa condição era contrária à perenidade do Bloco (RIGGIROZZI E GRUGEL, 2015).

Por fim, as condições PGV e APS precisaram ser convertidas em condições dummy, sendo que a condição PGV foi tratada como uma condição binária (CrispQCA) dividida entre pertencimento e não pertencimento. Isto foi necessário para indicar a tendência geral dos governos do período, respeitar o histórico da integração latino-americana e principalmente devido a fundamentação eminentemente política da UNASUL (BRICEÑO-RUIZ E LOMBAERDE, 2018).

A condição APS foi convertida para representar pontos específicos da graduação de pertencimento (convertida ao padrão de MvQCA), sendo que quanto maior o valor no intervalo entre zero e um, maior o grau de pertencimento do caso para com esta condição.

Quadro 1 - Condições Adotadas na Pesquisa  
 fonte: elaboração própria.

CONDIÇÃO	ARGUMENTO (HIPÓTESE) SECUNDÁRIO	LIMITES NA TABELA DE DADOS TRATADOS	ASSOCIAÇÃO COM RESULTADO 1
<b>DEF</b>	Se os países investiram no setor de Defesa, então eles tinham interesse em desenvolver esta pasta estratégica do Bloco	0,5 - 1,5	Direta
<b>SAU</b>	Se os países investiram no setor de Saúde, então eles tinham interesse em desenvolver esta pasta estratégica do Bloco	0,5 - 1,5	Direta
<b>CIB</b>	Quanto mais capital os países investiram no Bloco, maior o interesse deles para a manutenção do mesmo.	0,5 - 1,5	Direta
<b>COM</b>	Quanto maior a participação dos demais países membros nas exportações do país, mais vantajosa será a sua permanência no Bloco	0,5 - 1,5	Direta
<b>EUA</b>	Quanto maior a participação dos Estados Unidos da América nas exportações do país, mais vantajosa será a sua permanência no Bloco	0,5 - 1,5	Inversa
<b>CSS</b>	Quanto maior a participação dos demais países dos BRICS nas exportações do país, mais estarão em consonância com a agenda contrária ao pan-americanismo do Bloco.	0,5 - 1,5	Direta
<b>LEP</b>	Quanto maior a liberdade econômica no país, menor será a sua sintonia com a agenda anti-liberal proposta pelo Bloco	0 - 1	Inversa
<b>PGV</b>	Quanto mais favorável a postura dos governos em relação ao governo venezuelano no ano anterior ao afastamento, maiores as chances de permanecer no Bloco.	0 - 1	Direta
<b>APS</b>	Os governos que optaram por aderir à proposta do PROSUL já não apresentavam mais interesses em permanecer na UNASUL	0 - 1	Inversa

Utilizando estas técnicas metodológicas, foi possível montar a tabela 1 a seguir, finalizando a primeira etapa de tratamento dos dados.

Tabela 1 - Dados Tratados Acerca das Prioridades da UNASUL  
 fonte: elaboração própria

PAÍS	DEF	SAU	CIB	COM	CSS	EUA	LEP	PGV	APS	Resultado
<b>ARG</b>	1,08	1,1	0,28	0,93	0,83	1	0,75	0	0	0
<b>BOL</b>	0,91	1,18	1,44	1,17	1,06	1,06	1	1	0,25	1
<b>BRA</b>	0,96	1,02	1,74	0,97	1,46	1	0,75	0	0	0
<b>CHI</b>	0,78	1,19	14	0,99	1,28	1,04	0,25	1	0	0
<b>COL</b>	0,85	1,05	1,56	0,92	3,11	0,98	0,5	0	0	0

<b>ECU</b>	1,05	1,42	0,25	1,22	1,32	0,99	1	1	0	1
<b>GUY</b>	0,89	1,04	0,48	1	0,42	0,98	0,75	1	0	1
<b>PAR</b>	1,35	1,51	2,41	0,96	0,52	0,96	0,5	0	0	0
<b>PER</b>	1,2	1,09	7,89	0,99	1,33	0,96	0,5	0	0	0
<b>SUR</b>	0,99	0,99	0,26	0,78	0,82	1,04	1	1	0,25	1
<b>URU</b>	1	1	2,11	0,96	1,23	1,01	0,5	1	0,25	1
<b>VEN</b>	0,64	0,95	4,55	0,54	1,14	1	1	1	1	1

Para poder aplicar o FsQCA nestes dados, contudo, foi necessário primeiro calibrá-los, o que foi feito com o auxílio do aplicativo TOSMANA (CRONQVIST, 2019), distribuindo os valores no intervalo entre zero (0) e (1) para então iniciar a análise em fuzzy sets, tal como indica Cunha Filho (2019).

Lembrando as recomendações de Ragin (2008) acerca da avaliação na determinação do ponto de conversão (valor de ambiguidade máxima), foi definido que o melhor seria considerar o ponto médio nas condições utilizadas no estudo, uma vez que, sendo o compromisso com as agendas do bloco medida a partir da progressão ou regressão dos países membros em questões estratégicas da UNASUL, a inércia poderia indicar ao menos uma posição ambígua entre avançar e se contrapor às agendas políticas, econômicas e de segurança propostas no Bloco. O Resultado da calibragem pode ser visto na tabela 2, abaixo:

Tabela 2 - Dados Calibrados para o FsQCA

Fonte: Software TOSMANA v1.61

<b>PAÍS</b>	<b>DEF</b>	<b>SAU</b>	<b>CIB</b>	<b>COM</b>	<b>CSS</b>	<b>EUA</b>	<b>LEP</b>	<b>PGV</b>	<b>APS</b>	<b>Resultado</b>
<b>ARG</b>	0,58	0,6	0	0,43	0,33	0,5	0,75	0	0	0
<b>BOL</b>	0,41	0,68	0,94	0,67	0,56	0,56	1	1	0,25	1
<b>BRA</b>	0,46	0,52	1	0,47	0,96	0,5	0,75	0	0	0
<b>CHI</b>	0,28	0,69	1	0,49	0,78	0,54	0,25	1	0	0
<b>COL</b>	0,35	0,55	1	0,42	1	0,48	0,5	0	0	0
<b>ECU</b>	0,55	0,92	0	0,72	0,82	0,49	1	1	0	1
<b>GUY</b>	0,39	0,54	0	0,5	0	0,48	0,75	1	0	1
<b>PAR</b>	0,85	1	1	0,46	0,02	0,46	0,5	0	0	0
<b>PER</b>	0,7	0,59	1	0,49	0,83	0,46	0,5	0	0	0

<b>SUR</b>	0,49	0,49	0	0,28	0,32	0,54	1	1	0,25	1
<b>URU</b>	0,5	0,5	1	0,46	0,73	0,51	0,5	1	0,25	1
<b>VEN</b>	0,14	0,45	1	0,04	0,64	0,5	1	1	1	1

Tendo desenvolvido esta segunda etapa, o teste estava pronto para ser iniciado e seus resultados registrados e analisados a partir da Tabela da Verdade e dos coeficientes de consistência dos casos para com o modelo utilizado na pesquisa e as condições que se mostraram consistentes o suficiente para explicá-lo (CUNHA FILHO, 2019).

### 5.3 ANÁLISE DOS DADOS E POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA O FUTURO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Fora apresentado nos capítulos anteriores da pesquisa que o Novo Regionalismo apresenta como característica principal a liberdade que os países passaram a gozar no processo decisório quanto aos parceiros, temas e profundidade de integração no mundo pós-Guerra Fria.

Também merecem destaque as características fruto desta liberdade a tendência em focar em assuntos de interesse específico da região ao qual pertencem os membros e maior ativismo ou esforço normativo em prol das agendas acordadas, justamente em virtude do reconhecimento que o não cumprimento das agendas tende a culminar no fracasso da integração (MANSFIELD E MINER, 1999).

Na conclusão daquele capítulo, foi igualmente arguido que a tendência identificada pelos autores do Novo Regionalismo é de que as relações de integração tenderiam a se tornar cada vez mais precárias em virtude dos desafios que as instituições criadas para gerir as agendas de integração teriam em se adaptar à velocidade das mudanças que o novo milênio e a economia global apresentaria aos países-membros (SCOTT, 2009).

Quanto a tal afirmação, uma possível saída seria compreender que tão importante quanto observar os compromissos assumidos e o que foi feito para atingi-los ao longo do período de existência da integração seria acompanhar como estes compromissos evoluíram ou foram substituídos por outros na vivência do processo integrador.

No capítulo que seguiu a construção do Novo Regionalismo foi observado como a integração ao longo de sua história no regionalismo latino-americano ficou profundamente marcado por algumas características fundamentais (BRICEÑO-RUIZ E LOMBAERDE, 2018):

- A proteção à autonomia e independência estatal como princípio fundamental;
- A desconfiança para com agentes internacionais com poder real ou percebido como maior do que um dos países membros, ou da própria integração; e
- A busca por estratégias que favoreçam o desenvolvimento nacional e regional.

Diante desta trinca, foi constatado por Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018), De Castro Vieira (2015), Riggirozi e Grugel (2015) e Braggati (2019) que a UNASUL se diferenciou dos processos de integração anteriores, sendo a primeira organização a integrar todos os países da América do Sul sob um projeto de regionalização liderado por governos de postura heterodoxa, focado no discurso de combate ao colonialismo, ao capitalismo e aos valores ocidentais que influenciaram a construção histórica da América Latina.

Como argumentam estes autores, tal contexto no qual foi criado o Bloco já indicava uma possível e potente fragilidade para o mesmo: de que, mais do que em experiências anteriores, a UNASUL se tratava de um projeto de governos que dependia da manutenção de uma postura de contínuo compromisso com a agenda pós-liberal de securitização e criação de poder paralelo do Bloco.

Em termos práticos, a UNASUL, mais do que os Blocos vistos anteriormente como a ALADI, o CAN e o MERCOSUL dependia que o discurso de governo e as práticas assumidas pelo mesmo se mantivessem no poder nos países do Cone Sul, o que é não apenas difícil, mas igualmente indesejável em países que vivem sob o regime de governo democrático, no qual se espera que ocorra a alternância de poder.

Desse modo, como indica Briceño-Ruiz (2018), a UNASUL por meio de sua proposta pós-liberal foi posta desde sua fundação sob o risco de ter sua existência vinculada à sobrevivência dos governos heterodoxos sob os quais foi concebida.

Apesar desta origem ímpar, como sinalizam Briceño-Ruiz (2018), Bragatti (2019), Buss e Ferreira (2011) e Malamud (2020), a UNASUL não deixou de seguir os passos de experiências anteriores de integração, adotando uma agenda ampla, ambiciosa quanto ao futuro da profundidade de integração e principalmente, rasa no detalhamento dos compromissos que seriam assumidos por seus países membros.

Como demonstrado por Bragatti (2019), Calixtre e Barros (2010), Fuccile (2014) e Lizarazo e Lombaerde (2017), a implementação da agenda ampla de integração da UNASUL padeceu diante das dificuldades e vontades dos governos da região em não comprometer o princípio da soberania em prol de do fortalecimento das relações e ratificação dos compromissos assumidos no Bloco e ao ideal de uma América Latina unida.

Em sentido complementar, Saraiva e Briceño-Ruiz (2009) destacaram que construir uma integração sólida entre os países da região era difícil não apenas em virtude do temor de potências externas, mas igualmente complexa pelos interesses e temores de potências internas, se destacando o temor de que o Brasil viesse a retomar sua postura expansionista do século XIX, além dos interesses da Venezuela em expandir o projeto bolivariano na América Latina e o Argentino em procurar alianças que contrabalançassem a influência brasileira no MERCOSUL e nas decisões deste bloco.

Foi justamente considerando este apego ao princípio soberano e aos interesses particulares que foram utilizadas nas condições financeiras do estudo os valores referentes aos dispêndios e ganhos individuais dos países em cada uma das áreas temáticas de destaque no Bloco, ao invés de condições mais específicas quanto aos ganhos e investimentos feitos exclusivamente no seio do Bloco.

Tal decisão também se deu pela carência de clareza no registro de ações conjuntas realizadas sob a égide da UNASUL, preferindo os países muitas vezes manter as negociações em relações bilaterais e/ou multilaterais do que levá-las a apreciação das respectivas instâncias do Bloco, como pôde se ver nos casos da Bacia do Essequibo e da busca pelo governo brasileiro de um lugar no Conselho de Segurança da ONU (BRAGATTI, 2019), das discordâncias quanto à concessão de créditos do Banco do Sul à países externos, em detrimento ao países membros do Bloco (ALVES ET AL., 2015) e do abandono de antigas parcerias com as potências liberais, a despeito da agenda pós-liberal do bloco (CASTRO BERNAL, 2019).

Como explicado capítulo metodológico, o primeiro passo para a construção da tabela da verdade é a escolha de um dos resultados da situação problema para ser o alvo do teste (CUNHA E FILHO, (2019). Também como indicado naquele capítulo, foi escolhido o resultado de permanência no Bloco (Resultado 1) como o resultado a ser observado pelo teste.

A coluna de resultados apresentado na tabela 3 indica o grau de pertencimento de cada caso para com este resultado de permanência em relação às condições e configurações de condições consistentes encontradas. Desse modo, quanto mais próximo do valor 1, mais um caso estará condizente com as relações causais encontradas para aquele resultado.

Como pode ser observado na tabela 3, a Consistência dos casos em relação ao resultado de afastamento do Bloco (R0) e permanência no mesmo são complementares, o que significa que quanto maior a tendência de um caso pertencer (estar encaixado) com o resultado 1, menor será a tendência do mesmo em pertencer ao resultado 0.

Esta consistência dos casos aos resultados diz respeito às condições (ou conjunções de condições) que apresentaram relação de causalidade (consistência) em explicar o modelo (RAGIN, 2008).

Ainda conforme explicado no capítulo metodológico, embora existam condições e conjunções que consigam explicar um ou mais casos, foi considerado um limiar de de 0,8 para a avaliação da consistência e cobertura para com o modelo (conseguem explicar ao menos 80% dos casos do modelo) como critério mínimo de poder explicativo de tais condições e conjunções.

Quanto aos valores de 0 e 1 registrados na observação de cada condição para cada país, os mesmos indicam se a partir dos valores aferidos após a calibragem aquele caso naquela variável tenderia a se encaixar no resultado zero ou no resultado 1.

Por exemplo, embora a Argentina tenha incidido no resultado 0 (afastamento), o valor mediano de seus investimentos nos setores de Defesa e Saúde durante os anos de participação na UNASUL sugerem que ele tenderia a optar por permanecer no Bloco (R1).

Essa tendência não afetou o pertencimento do país ao resultado 0 (consistência de 1 para com o mesmo) porque tanto a condição DEF, quanto a condição SAU não se mostraram capazes de estabelecer uma relação de causalidade para como modelo, apresentando coeficientes de consistência e cobertura inferiores a 0,8.

Observando a metodologia de Análise Configuracional apresentada no capítulo 3 desta pesquisa, assim como os conceitos teóricos acerca do Novo Regionalismo e o processo histórico de sua vertente pós-liberal latino-americana, seguem abaixo os resultados do teste de fsQCA executados com o auxílio do *software* TOSMANA (CRONQVIST, 2019).

Tabela 3 - Tabela da Verdade

Fonte: Software TOSMANA v1.61

Pais	DEF	SAU	CIB	COM	CSS	EUA	LEP	PGV	APS	Cons R1	Cons R0	Freq
ARG	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
BOL	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0,8	0,2	1
BRA, COL	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	2
CHI	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0,49	0,51	1
ECU	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1
GUY	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1
PAR	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1
PER	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1
SUR	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1
URU	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0,77	0,23	1
VEN	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1

## Quadro 2 – Configurações Encontradas para o Modelo usando R1 como base

Fonte: Software TOSMANA v1.61, traduzido.

Configuração	Consistência (R1)	Cobertura (R1)
PGV	0,88	0,95
LEP*PGV	0,85	0,85

Desde o início, percebe-se que tanto pelo número de condições quanto pela variação de possíveis caminhos para atingir o resultado 1 já se pode compreender que a tendência é que embora seja possível encontrar condições que foram consistentes (apresentaram nexos causais) para um determinado resultado, a cobertura de cada uma destas conjunções se fez bastante limitada (países membros diferentes, apresentaram conjuntos de fatores diferentes que levaram à decisão de permanecer ou se afastar do bloco).

Em verdade, as únicas conjunções que apresentaram não apenas uma grande consistência (tiveram impacto significativo com coeficiente de consistência no modelo superior a 0,8), quanto uma cobertura de destaque foram as conjunções abaixo:

### **LEP\*PGV + PGV → R1**

**Lê-se, a baixa liberdade econômica do país E o posicionamento positivo quanto ao governo venezuelano em 2017 OU apenas o posicionamento positivo quanto ao governo venezuelano em 2017 apresentam relação de causalidade com o resultado de permanência no Bloco.**

Esta primeira configuração apresentou uma consistência de 0,88 e uma cobertura de 1. Em outras palavras, 88% dos casos que apresentarem valores elevados (acima do valor de conversão) para a conjunção destas condições deverão resultar na permanência no Bloco, e que esta conjunção se fez presente em 88% das observações (países) avaliados no modelo que incidiram no resultado 1. Recorda-se que a liberdade econômica foi transposta durante a calibragem para ser registrada de forma invertida, ou seja, quanto maior o valor no intervalo entre 0 e 1, menor a liberdade econômica no país. As exceções que impede que o resultado alcance a todos os casos da pesquisa tratam dos casos do Chile e do Uruguai, ambos em virtude da condição LEP.

O Chile se destaca por se encontrar 49% contido no resultado 1, o que indica que ele também está 51% contido no resultado 0, como demonstra a consistência dos casos com os resultados na tabela da verdade. Isto se deve ao fato de que, apesar de ter optado por se afastar do Bloco e de apresentar o maior índice de liberdade econômica no subcontinente, o governo de Bachelet optou por permanecer como aliado do regime bolivariano venezuelano (posicionamento positivo no ano de 2017), o que coloca o país próximo do valor de conversão (0,5), podendo ter decidido tanto pela permanência no Bloco, quanto pelo afastamento.

Quanto ao caso do Uruguai, trata-se de uma versão mais branda da contradição apresentada pelo Chile, pois dentre os países que optaram por permanecer no bloco em 2018, o país apresentava o maior índice de liberdade econômica (69,7 de 100), maior até do que outros países-membros que optaram por afastar-se do Bloco.

O impacto no pertencimento do caso para com o Resultado 1 só não foi maior porque a condição LEP não é suficiente para explicar o modelo de forma isolada, sendo necessária na conjunção que forma com a condição PGV.

Quanto à esta última, de forma isolada, a mesma apresentou uma consistência de 88% em relação ao modelo e uma cobertura de 95% para os casos que seriam avaliados pelo mesmo. Em outras palavras, além do resultado 1 ser explicável com uma certeza de 88% pela condição, a mesma consegue alcançar 95% dos casos avaliados sobre o modelo. Verifica-se, portanto, que a condição PGV é tanto necessária, quando em parceria com a condição LEP, quanto suficiente para explicar o resultado 1.

Essa constatação, como será retomado em seguida, condiz com as ressalvas dos autores apresentados anteriormente neste capítulo de que a integração latino-americana está muito mais dependente das vontades políticas autônomas dos governos em exercício dos países que das próprias agendas de integração acordadas nos blocos.

Outras condições que merecem destaque na análise são as condições econômicas (DEF, SAU, CIB, COM, CSS e EUA). Todas apresentaram coeficientes de suficiência, tanto em sua presença, quanto em sua ausência com valores próximos ou inferiores a 0,5, indicando que podem contribuir tanto para a permanência, quanto para o afastamento do Bloco.

Os valores das combinações que não apresentaram coeficientes de consistência e cobertura acima de 0,8 para o modelo não foram anexadas neste estudo, tanto pela ausência de causalidade para com o modelo, quanto pela confusão que poderiam causar, uma vez que o número de combinações possíveis é dado por  $2^n$ , onde  $n$  é o número de condições utilizadas no estudo. No presente caso, com 9 condições há um total de 512 combinações possíveis, dentre as quais apenas as duas anteriormente citadas atingiram os critérios mínimos de consistência e cobertura sugeridos por Ragin (2008).

Para averiguar se haveria diferença entre as configurações de saída e permanência no Bloco também foi feito o teste para o Resultado 0, ou seja, a decisão por se afastar da UNASUL. No que se refere aos resultados, a análise do resultado complementar muda os valores invertendo a proporção de pertencimento, como pode ser visto na Tabela da Verdade previamente apresentada.

O objetivo em repetir o teste para o resultado 0 foi verificar se as configurações para este resultado se mostraram diferentes daquelas apresentadas para o resultado 1. No fim, obteve-se que:

**~PGV → R0**

**Lê-se, a Ausência de uma postura positiva para com o governo venezuelano em 2017 incide no resultado de afastamento para com a UNASUL.**

Esta condição apresentou um coeficiente de consistência de 1 e um coeficiente de cobertura igual a 0,83. Ou seja, em 100% dos casos que apresentarem baixo grau de pertencimento para com esta variável deverão tender a optar pela saída do bloco. Nos casos presentes no modelo, esta condição foi suficiente para explicar 83% dos casos de afastamento para com o Bloco. Isto reforça a importância que esta condição apresentou no modelo como um todo, complementando o resultado que se obteve para R1.

Quanto à condição LEP, que fora necessária em um dos caminhos possíveis para R1, a mesma não apresentou impacto significativo em R0 porque a maioria dos países que optaram por afastar-se da UNASUL, apesar de não estarem em níveis tão baixos de liberdade econômica que seus pares que optaram por R1, não apresentaram também em sua maioria valores muito elevados neste quesito no ano em apreço (2017).

Quando combinadas as relações causais, fica demonstrado o baixo impacto da maioria das condições relativas aos temas centrais do Bloco (condições comerciais e financeiras) e a importância da relação dos governos do período de afastamento para com a agenda política do Bloco pelos (representada pelas condições LEP e PGV).

Tendo apresentado estas considerações iniciais acerca dos resultados encontrados no estudo, é preciso então inferir sobre seus possíveis impactos para a identidade da Integração Pós-Liberal Latino-americana.

Essa reticência em se integrar e assumir o compromisso com as agendas do Bloco pode ser constatada no estudo pela inconsistência registrada pelas condições financeiras de investimentos nos setores estratégicos do Bloco e de relações com parceiros estratégicos do mesmo, seja em nível regional interno (COM), seja em nível global (CSS).

De fato, talvez nenhuma outra condição mostre com tanta clareza a priorização dos interesses domésticos sobre a integração que a condição relativa às trocas comerciais com os Estados Unidos da América (EUA), pois como foi registrado no *Codebook* anexo à pesquisa, a tendência geral apresentada pelos países da região nos anos de atividade na UNASUL foi a de manter as trocas com o país norte-americano ao menos no mesmo patamar do ano inicial do existência do Bloco, demonstrando que o discurso adotado pelas lideranças dos governos regionais no período de animosidade e enfrentamento à potência global e ao projeto pan-americano (SCHEIDT, 2013) não se traduziram em um esforço empírico de adoção de posturas que os materializassem.

Voltando os olhares para as condições que apresentaram relação denexo causal com a permanência ou afastamento, fica evidente que, assim como a instituição foi fundada como um símbolo de negação ao pan-americanismo em tentativa de abraçar o latinopan-americanismo, a decisão em permanecer ou não no Bloco esteve parcialmente atrelada à liberdade econômica dos cidadãos e fundamentalmente associada ao posicionamento do país com relação ao perfil de governo doméstico e postura internacional defendido pela UNASUL e cujo maior expoente simbólico tratava-se do governo Venezuelano (BRICEÑO-RUIZ E LOMBAERDE, 2018).

A conjunção de baixa liberdade econômica e apoio ao regime venezuelano permite inferir que, infelizmente, a saída encontrada para superar a possível fragilidade da sustentabilidade da agenda política do Bloco diante da pluralidade de ideias e alternância de poder em um estado democrático foi justamente a precarização das liberdades econômicas e políticas dos cidadãos para garantir a sobrevivência no poder dos grupos de interesses que fundaram o Bloco.

Tal tendência tem se fortalecido, uma vez que o esvaziamento do bloco ainda se encontra em curso, restando como membros atualmente apenas a Venezuela, a Guiana, o Suriname e o Peru, tendo este último suspenso sua participação no bloco.

Desse modo, verifica-se que apesar de não ter apresentado relação causal direta com a decisão pelo afastamento do Bloco, a condição relativa à assinatura do PROSUL se configura como um retrato do enfraquecimento do bloco e das instâncias democráticas internas dos países que persistem em participar do mesmo.

Logo, a UNASUL acabou por cair na armadilha sinalizada por Veiga e Rios (2007) e tantos outros autores do regionalismo latino-americano citados ao longo deste trabalho: de que fundamentar a constituição de uma iniciativa de integração em discursos e interesses específicos de governo em detrimento aos interesses de Estado torna precária a possibilidade de sustentação da sobrevivência do mesmo aos saberes e transformações do cenário político interno dos países membros.

Isto pôde ser corroborado pelos então dois anos que sucederam o afastamento de metade dos membros do Bloco em 2018, uma vez que a UNASUL inovou mesmo no ciclo identificado por Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018) e De Castro Alves (2015) do processo de desencantamento com iniciativas de integração regional na América Latina.

Além de ter passado por todas as etapas até então registradas (identificação de um problema e resgate de identidade comum; estabelecimento institucional do Bloco; Institucionalização das agendas acordadas; e desencantamento devido às incompatibilidades entre os interesses domésticos e os interesses da integração), a UNASUL consolida uma quinta etapa:

### **O efetivo esvaziamento do Bloco com a saída oficial dos países membros**

Como pode ser observado no quadro comparativo que segue, não é comum que os países membros de uma integração latino-americana simplesmente saiam oficialmente do Bloco, sendo mais usual que, mesmo congeladas as atividades e sem relevância global, os blocos ainda existam nominalmente pela permanência de seus signatários nos tratados constitutivos.

Ainda outra saída possível tem sido a adoção do mecanismo de suspensão de países-membros, como ocorreu com a Venezuela em relação ao MERCOSUL, do qual está suspensa desde 2017.

Quadro 3 - Comparação da perenidade da integração envolvendo o Cone Sul

Fonte: elaboração própria

Blocos	Ano de Fundação	Número de Países Membros	Primeira evasão do Bloco	Justificativa oficial da saída	Número de Países que saíram	Saldo de Membros (2020)
ALADI (Antiga ALALC)	1960	7 (1960) 11 (1970) 12 (1999)	-	-	-	100%
CAN (Antigo Pacto Andino)	1969	5 (1969) 6 (1973)	Chile (1976)	Divergências quanto à proposta de integração econômica do Bloco	2	67%
MERCOSUL	1991	4 (1991) 5 (2013)	-	-	0	100%
ALBA	2004	2 (2004) 3 (2007) 4 (2008) 6 (2009)	Equador (2018)	Crise da situação humanitária na Venezuela	1	83%
UNASUL	2008	12 (2008)	Colômbia (10 de agosto de 2018)	Risco de apoiar regimes ditatoriais	8	33%
CELAC	2010	33 (2010)	-	-	-	100%

Para além da saída oficial de 8 de seus 12 membros, a UNASUL vê-se atualmente em uma difícil situação em face da evasão da maioria das economias de destaque do Bloco, do esvaziamento de seu projeto de securitização regional pós-liberal com a ascensão de políticos de outras vertentes ao poder de diversos países do Cone Sul e principalmente, a partir de 22 de março de 2019, com o evento que marcou a assinatura do PROSUL.

O acordo, mencionado no capítulo anterior, marca uma separação efetiva com relação à UNASUL, uma vez que está pautado no compromisso de construir uma integração paulatina, observando os interesses nacionais e principalmente pela retomada de relações mais amistosas com o mundo ocidental, tanto por razões pragmáticas, quanto por razões político-ideológicas.

Nesse sentido, percebe-se que tanto a UNASUL, quanto a sua antítese, se encaixam no paradigma do compromisso fundamental ao Novo Regionalismo. Conforme apresentado no capítulo 4 a partir de Mansfield e Miner (1999) e reforçado em Breslin (2002), Scott (2009) e Katzenstein (2008), essa nova fase da integração regional está marcada pela fluidez e flexibilização nos fenômenos de integração.

Ambos se aproximam também quanto à pouca profundidade da integração em suas propostas iniciais, preferindo adotar uma agenda ampla, mas pouco detalhada com relação aos passos que serão tomados para promover a perenidade da parceria, como já indicava MALAMUD (2020) em seus estudos sobre o MEROCUSUL e os desafios regionais em priorizar a integração sobre o interesse individual.

Quanto às suas diferenças, percebe-se que enquanto a UNASUL iniciou suas atividades com um amplo, custoso e ambicioso plano de integração e securitização regional, o PROSUL - considerando as experiências de seu antecessor - inicia com um Foro de discussão para posicionamentos comuns, preferindo uma estrutura mais enxuta, apostando em uma integração mais orgânica e paulatina entre os países signatários (BRASIL, 2019).

Vale lembrar também que mesmo os países que permaneceram na UNASUL - com a exceção do governo venezuelano - optaram por participar do encontro de assinatura do acordo, demonstrando simbolicamente ainda mais a descrença para com o projeto de integração do bloco.

Quanto à hipótese do estudo, a primeira conclusão à qual se poderia chegar seria que é plausível a sua confirmação, uma vez que a agenda de compromissos assumidos não foi adotada como prioridade pelos países membros, o que levou à decisão pelo afastamento para com o mesmo.

Contudo, é preciso ir um pouco além, porque mesmo os países que permaneceram na organização não adotaram em sua totalidade a agenda do bloco, sendo mais honesto reconhecer que sua decisão em seguir a proposta de maior controle na liberdade econômica de seus cidadãos e apoiar o regime venezuelano no ano de 2017 está tão ou até mais mais ligado às tendências e interesses das forças políticas internas desses países em se manter no poder que em virtude da fidelidade ao projeto de integração pós-liberal que marcou a UNASUL. Diante disto, são possíveis duas interpretações.

A primeira seria a adoção de um critério rígido, no qual todas as agendas prioritárias precisariam ser seguidas para diferenciar os casos que tenderiam a permanecer daqueles que se afastariam do Bloco. Tal posicionamento, muito próximo do *Crisp Set* QCA indicaria que a hipótese nula deveria ser rejeitada pois nenhum caso deveria tender à permanência se este critério fosse adotado.

A presente pesquisa, contudo, optou pela segunda opção, considerando que a hipótese nula se confirma, ao menos parcialmente, uma vez que seu objetivo geral sempre foi o de identificar e diferenciar o que foi proposto como compromisso do Bloco do que efetivamente foi feito compromisso sob a vivência da integração no mesmo.

Nesse sentido, percebeu-se que a UNASUL foi paulatinamente transitando de um projeto de integração focado na securitização e de construção de uma superpotência heterodoxa paralela em favor de um regime de cooperação entre governos regionais de posturas mais autoritárias e menos heterogêneas. Há, portanto, uma não adesão à pauta econômica, enquanto que se reforçou gradativamente a aderência aos aspectos políticos da integração.

Tal constatação permite inferir que a manutenção de tais regimes no poder torna-se o novo contrato, o novo compromisso assumido no Bloco, o que pode ser constatado a partir da gradativa perda de protagonismo da pauta de integração em Segurança e Economia em favor da pauta política pós-liberal refletida nas condições que estabeleceram relação causal com o modelo desenvolvido no período observado.

Enfim, diferente de outros blocos que ficaram à deriva por longos períodos (como foi o caso do MERCOSUL), a UNASUL não demonstra sinais de possibilidade de recuperação uma vez que nem mesmo o retorno ao poder de uma governante de seus anos de ascensão na Argentina (a atual vice-presidente Cristina Kirchner) foi capaz de fazer o país a retornar ao projeto acordado em 2008. O impeachment de Evo Morales na Bolívia em 2019 e o início da tramitação da saída do país da UNASUL que se deu em seguida apenas reforçam esta percepção.

Há, contudo, que se ter cautela em alegar que o PROSUL apresenta maiores chances de sucesso que a UNASUL, uma vez que partilha com a mesma um contexto de aproximação política entre os governantes de seus membros e um posicionamento antagônico a um ideal político-ideológico e econômico representado pelo governo venezuelano, do qual ainda se percebem apoiadores nas nações dos demais países que saíram do Bloco.

Existe também o risco assinalado por De Castro Vieira (2015) com relação ao que percebeu no caso da ALALC/ALADI, de que a integração se mostre tão morosa e pouco significativa que os países membros logo sofram do desencanto em face aos resultados pífios do Bloco, seja na arena política, seja na arena econômica.

Portanto, será necessário acompanhar esta nova experiência de integração do Novo Regionalismo (desta vez negando o regionalismo Pós-liberal) para observar se a mesma seguirá o mesmo caminho que sua antecessora ou se tornará importante o suficiente para que sua sobrevivência consiga ultrapassar o contexto histórico e político que permitiu sua criação.

Concluindo este capítulo, no que se refere ao modelo aplicado, reitera-se que um dos objetivos da pesquisa era evitar uma análise puramente qualitativa dos documentos e análises de casos específicos de cooperação observados na esmagadora maioria da literatura sobre a UNASUL.

A opção da pesquisa em se utilizar de um método híbrido entre o quantitativo e o qualitativo se deu não apenas em virtude da abundância da literatura sobre o bloco focada em análise documental, mas sobretudo pela carência de critérios objetivos que permitiram uma observação do bloco capaz de ser replicada, falsificada e aprimorada.

No que se refere à literatura já existente sobre o Bloco, pode-se perceber ao longo desta pesquisa o quanto ela foi valorosa em lançar pistas para a identificação de prioridades da UNASUL e perceber os problemas que a mesma teria de enfrentar herdados do histórico da integração regional latino-americana.

Igualmente importante para a montagem do modelo foi o desafio lançado pelos teóricos do Novo Regionalismo ao identificar o compromisso com as agendas específicas de cada bloco como o critério mais acertado para avaliar o sucesso e identificar possíveis riscos à sobrevivência da integração pós-liberal, sem, contudo, descrever de forma clara com tal averiguação do compromisso poderia ser investigada.

Foi, portanto, herdando os saberes das produções científicas disponíveis sobre o conceito teórico do Novo Regionalismo e sobre o Regionalismo Latino-Americano que se tornou possível a identificação do uso do fsQCA como uma potencial ferramenta no teste de teorias e suposições da literatura acadêmica acerca dos processos de integração regional, sendo possível que o mesmo seja posteriormente adaptado e aplicado a outros casos de regionalismo contemporâneo.

Um desafio que ficará para futuras pesquisas e debates será a possibilidade de seu uso para análise comparada, uma vez que a mesma tenderá a restringir a possibilidade de acurácia na escolha de condições para casos específicos, sendo necessário ou adotar um paradigma teórico diferente para a execução de seus testes, ou a restrição quanto às condições utilizadas na pesquisa favorecendo o uso de dados mais genéricos e inespecíficos.

Uma terceira saída seria uma comparação indireta, analisando cada caso por suas próprias condições, mas isto - como alertam Rihoux e Ragin (2008) pode incidir em uma maior restrição nas comparações que poderão ser inferidas das diferentes condições adotadas para cada caso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNASUL enquanto processo de integração latino-americano parece num primeiro momento processo cíclico já típico quanto à integração regional: identificação de problemas e identidade comuns, institucionalização ampla e rasa, enfrentamento das assimetrias regionais, insatisfação com resultados iniciais e o conseqüente esfriamento do processo integrador.

Sua principal contribuição neste ciclo é mostrar que sob a lógica do Novo Regionalismo, as relações entre os estados latino-americanos tenderão a se mostrar mais volúveis e mutáveis às demandas de um sistema internacional em acelerada transformação, sugerindo que a permanência de países membros em blocos inativos ou indesejáveis tenderá a se tornar mais rara.

Em verdade, é em sua natureza pós-liberal como representante do Novo Regionalismo que se encontram suas principais contribuições, denotando conseqüências tanto práticas, quanto simbólicas para a identidade da integração regional no Cone Sul.

No que se refere aos desafios práticos do Novo Regionalismo em sua vertente Pós-liberal, a UNASUL demonstrou que uma integração de fundamentação eminentemente política na região é ainda mais suscetível às mudanças no cenário doméstico de seus membros, uma vez que todas as pastas da integração estão submissas aos sabores dos interesses das lideranças políticas vigentes, o que dificulta a harmonização e definição de metas exequíveis pelos países membros.

Tudo acaba sendo percebido como metas de governo, e não de Estado, precarizando a identificação e percepção material os possíveis impactos positivos e a perenidade da integração.

Simbolicamente, a UNASUL pode ser percebida como mais uma derrota dos governos heterodoxos que estavam sendo substituídos no período de sua desconstrução, deixando mais evidente a cada saída de um dos países membros que a proposta de integração de tais lideranças acabou por depender de um modelo de integração latinopan-americana pautado na precarização das liberdades econômicas e do princípio democrático como norteador dos países,

sufocando as esporádicas contribuições positivas do bloco para a harmonização regional.

Será preciso, portanto, que caso almejem ascender novamente ao poder nos países da região, que tais governantes ou reconheçam as falhas do passado e adotem uma postura diferenciada mais condizente com o discurso de equidade econômica e social registrado por autores com Scheidt (2013) e Riggirozzi e Grugel (2015), ou às novas lideranças procurar se desvencilhar desta imagem do passado focando em outros temas e agendas.

O que se pode afirmar é que, ao menos neste momento imediato após a desconstrução quase completa do Bloco, a tendência capitaneada pelo PROSUL para a integração no Cone Sul é de redução do escopo e dos recursos empenhados na institucionalização em favor de uma cooperação mais orgânica que estrutural, permanecendo, contudo, o legado da UNASUL na adoção de uma base político-ideológica que dê suporte aos posicionamentos da integração.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORRÊA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, n. 1, p. 92–111, 2011.

ALVES, E. E. C. et al. Cooperação financeira e distintos projetos regionais: O caso do Banco do Sul. **Nova Economia**, v. 25, n. 3, p. 717–736, dez. 2015.

BANDEIRA DE MELLO, Beatriz. A política externa de Maurício Macri: estudo de caso sobre o papel argentino na crise da Venezuela. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: "<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/38790>".

BRAGATTI, M. C. Diez años del Consejo de Defensa Sudamericano: arquitectura de seguridad internacional regional. **Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder**, v. 10, n. 1, 1 abr. 2019.

BRASIL. **Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul – Santiago, 22 de março de 2019**. Disponível em: "<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20203-declaracao-presidencial-sobre-a-renovacao-e-o-fortalecimento-da-integracao-da-america-do-sul>". Acesso em: 21 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **União de Nações Sul-Americanas**. Disponível em: "<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>". Acesso em 2 jan. 2019.

BRESLIN, Shaun (Org.). **New Regionalisms in the Global Political Economy: Theories and Cases**. First edition. London ; New York: Routledge, 2002.

BRICEÑO-RUIZ, J. Times of Change in Latin American Regionalism. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 3, p. 573–594, dez. 2018.

BRICEÑO-RUIZ, José; LOMBAERDE, Philippe de. Regionalismo latino-americano: produção de saber e criação e importação de teoria. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 2, p. 262, 2018.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. Cooperação e integração regional em saúde na América do Sul: a contribuição da Unasul-Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2699–2711, jun. 2011.

CASTRO BERNAL, Germán. Revisión sistemática de las relaciones en cooperación militar entre Colombia y los países del continente americano. **OASIS**, n. 29, p. 105–123, 2019.

CRONQVIST, Lasse. **Tosmana [Version 1.61]**. University of Trier. 2019. Disponível em: <https://www.tosmana.net>.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA). **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 2, p. 129, 2019.

DE CASTRO VIEIRA, Jeferson. As Experiências de Integração da ALALC e ALADI. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, n. 1, p. 30, 2015.

DE MORAES CICERO, Pedro Henrique. POLÍTICA EXTERNA BOLIVARIANA: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA VENEZUELA AO LONGO DOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS (1999-2007). **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 5, n. 10, 2017.

DIPLOMATIQUE, Le Monde. **Retrocessos e avanços do governo Bachelet**. Publicado em 03 de dezembro de 2009. Disponível em: "<https://diplomatie.org.br/retrocessos-e-avancos-do-governo-bachelet/>". Acesso em: 12 jun. 2020.

DUARTE GUERRA, Lucas. Vivir Bien e Soft Power: Análise da Política Externa do Estado Plurinacional da Bolívia. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: "<http://revistas.ufpr.br/conjgloblal/article/view/47431>".

ESPINOZA-VENEGAS, Maritza; SANHUEZA-ALVARADO, Olivia; RAMÍREZ-ELIZONDO, Noé; *et al.* A validation of the construct and reliability of an emotional intelligence scale applied to nursing students. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 23, n. 1, p. 139–147, 2015.

FARIA, M. et al. A Unasul na Assembleia Mundial da Saúde: posicionamentos comuns do Conselho de Saúde Sul-Americano. **Saúde em Debate**, v. 39, n. 107, p. 920–934, dez. 2015.

FERREIRA-PEREIRA, Laura C. Segurança e Defesa na União Europeia: **A Perspectiva**. p. 32, 2007.

FUCCILLE, Alexandre. **Conselho De Defesa Sul-americano (Cds): Balanço E Perspectivas**, 2014.

HETTNE, Björn. Beyond the 'new' regionalism. **New Political Economy**, v. 10, n. 4, p. 543–571, 2005.

HETTNE, Björn and SÖDERBAUM, Fredrik. The New Regionalism Approach. **Politeia**, Vol 17, No 3, pp. 6-21, 1998.

HERITAGE FOUNDATION. **Index of Economic Freedom**. 2020. Disponível em: "<https://www.heritage.org/index/>". Acesso em: 10 jul. 2020.

KATZENSTEIN, Peter J. **Rethinking Japanese Security: Internal and External Dimensions**. 1ª Edição. London ; New York: Routledge, 2008.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 157–187, 2015.

LEGRENZI, Matteo. **Beyond Regionalism? Regional Cooperation, Regionalism and Regionalization in the Middle East**. First edition. [s.l.]: Ashgate, 2013.

LIZARAZO, Rodríguez Liliana; LOMBAERDE, Philippe de. Regional Economic Integration and the Reality of Strong National Constitutional Powers in South America. A Comparative Analysis. **ICL Journal**, v. 11, n. 3, p. 365–386, 2017.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 199–215, 1999.

MAGEE, Christopher S. P. **Trade Creation, Trade Diversion, and Endogenous Regionalism**. [s.l.]: Econometric Society, 2004. (Econometric Society 2004 North American Summer Meetings). Disponível em: "<https://ideas.repec.org/p/econ/nasm04/289.html>". Acesso em: 22 fev. 2019.

MALAMUD, Andrés. Mercosur and the European Union: Comparative Regionalism and Interregionalism. *In*: MALAMUD, Andrés (Ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. [s.l.]: Oxford University Press, 2020.

MANSFIELD, Edward D.; MILNER, Helen V. The New Wave of Regionalism. **International Organization**, v. 53, n. 3, p. 589–627, 1999.

MANSFIELD, Edward D.; SOLINGEN, Etel. Regionalism. **Annual Review of Political Science**, v. 13, n. 1, p. 145–163, 2010.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**, v. 06, n. janeiro/junho, p. 13, 2010.

MEUNIER, Isabel; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. **Dados**, v. 56, n. 3, p. 673–712, 2013.

MINAS, Estado de. **Peru expulsa embaixador da Venezuela**. Estado de Minas, 11 de agosto de 2017. Disponível em: "[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/08/11/interna\\_internacional.891317/peru-expulsa-embaixador-da-venezuela.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/08/11/interna_internacional.891317/peru-expulsa-embaixador-da-venezuela.shtml)". Acesso em: 12 jun. 2020.

NEVES, Renato Baumann. **Integração Regional - Teoria e Experiência Latino-Americana**. 1 edition. [s.l.]: LTC, 2013.

NYE, Joseph S. **Cooperação E Conflito Nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

O'DONNELL, Guillermo. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. New edition. Baltimore: JHUP, 2013.

ORTIZ MORALES, Catherine; MONTERO, Pedro Miguel; CHAVES GARCÍA, Carlos Alberto. Implicaciones del retiro de Colombia de la Unasur: retos en la configuración regional. **OASIS**, n. 29, p. 197–222, 2019.

RAGIN, Charles C. **Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond**. 47116th edition. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

RIGGIROZZI, Pía; GRUGEL, Jean. Regional governance and legitimacy in South America: the meaning of UNASUR. **International Affairs**, v. 91, n. 4, p. 781–797, 2015.

RIGGIROZZI, Pía. Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis. **New Political Economy**, v. 17, n. 4, p. 421–443, 2012.

RIHOUX, Bennoît; RAGIN, Charles. **Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques**. London, UK: Sage Publications, 2009.

SANCHEZ, Luis; BALARDIM, Rafael. AS RELAÇÕES SUL-AMERICANAS DO URUGUAI: POLÍTICA EXTERNA COMPARADA DOS GOVERNOS VÁZQUEZ

E MUJICA (2005-2015). **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 2, 2017.

SARAIVA, Miriam Gomes; BRICEÑO RUIZ, José. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 1, p. 149–166, 2009.

SCHNEIDER, Christina J. The Political Economy of Regional Integration. **Annual Review of Political Science**, v. 20, n. 1, p. 229–248, 2017.

SCOTT, James W. (Org.). **De-coding New Regionalism: Shifting Socio-political Contexts in Central Europe and Latin America**. Edição: 1. Farnham, England ; Burlington, VT: Routledge, 2009.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23–41, 2019.

SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. (Orgs.). **Theories of New Regionalism: A Palgrave Macmillan Reader**. 2003 edition. Houndmills, Basingstoke, Hampshire ; New York: Palgrave Macmillan, 2003.

THIEM, Alrik. **QCApro: Advanced Functionality for Performing and Evaluating Qualitative Comparative Analysis**. R Package Version 1.1-2, 2018. Disponível em: <http://www.alrik-thiem.net/software/>.

TSEBELIS, George. **Veto Players: How Political Institutions Work**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2002.

UNASUR. **UNASUR / Todos Somos UNASUR**. Disponível em: [“https://www.unasursg.org/”](https://www.unasursg.org/). Acesso em: 10 de maio de 2019.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. **O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. [s.l.]: CEPAL, 2007. Disponível em: [“https://repositorio.cepal.org/handle/11362/4428”](https://repositorio.cepal.org/handle/11362/4428). Acesso em: 14 nov. 2018.

VIGEVANI, Tullo; JUNIOR, Harold Ramanzini. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 517–552, 2014.

VINER, Jacob. **The Customs Union Issue**. Revised edition. Oxford ; New York: OUP USA, 2014.

WEB OF SCIENCE. **Relatório de Citações. Tópico: UNASUR**. Disponível em: [“http://apps.webofknowledge.com/CitationReport.do?product=WOS&search\\_mode=CitationReport&SID=7D8jnFKX8RxdQT3jZMV&page=1&cr\\_pqid=1&viewType=summary”](http://apps.webofknowledge.com/CitationReport.do?product=WOS&search_mode=CitationReport&SID=7D8jnFKX8RxdQT3jZMV&page=1&cr_pqid=1&viewType=summary). Acesso em 23 de maio de 2019.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 1999.

**World Integrated Trade Solution (WITS) | Data on Export, Import, Tariff, NTM**. Disponível em: "<https://wits.worldbank.org/>". Acesso em: 10 abr. 2020.

**World Bank Open Data | Data**. Disponível em: "<https://data.worldbank.org/>". Acesso em: 08 abr. 2020.

## APÊNDICE

### 1 CODEBOOK

#### 1.1 PORCENTAGEM DO PRODUTO INTERNO BRUTO CORRESPONDENTE AOS GASTOS MILITARES NO PERÍODO

**Fonte:** <https://data.worldbank.org/>

**Código:** DEF

**Descrição:** O dado descreve a porcentagem do Produto Interno Bruto dos Países empenhado com gastos relativos às Forças Armadas do País no Ano Indicado. Os dados coletados utilizam o conceito da Organização do Tratado do Atlântico Norte para gastos militares (OTAN) como base para o registro da variável. Para a OTAN (2019), os gastos militares dizem respeito à todos os recursos financeiros que foram ou que estão previstos para ser empenhados nas forças armadas do país no ano de exercício, somados aos gastos com forças de Defesa para outros países aliados do mundo, além de gastos em operações conjuntas. Usando o valor do primeiro ano observado como número índice, os demais valores foram calculados em Base 100 que depois foi convertida em sua forma decimal, como apresentado na tabela que segue. Esclarece-se que, devido ao fato de dados oficiais quanto aos gastos militares do Suriname não terem sido encontrado seja no site do Banco Mundial, seja no portal oficial de estatísticas do país ou em outra agência de repositório de dados sobre o tema, optou-se por registrar o mesmo com o valor de máxima ambiguidade (valor de conversão), a fim de evitar ao máximo o viés na análise de dados, como sugerido por Rihoux e Ragin (2008).

**Dados:**

DEF											
País	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MEDIANA
ARG	1	1,16	1,07	1	1,03	1,1	1,15	1,11	1,07	1,12	1,08
BOL	1	1,01	0,85	0,86	0,94	0,94	0,97	0,89	0,83	0,79	0,91
BRA	1	1,07	1,07	0,98	0,96	0,92	0,92	0,95	0,94	0,98	0,97
CHI	1	0,88	0,87	0,87	0,79	0,77	0,76	0,73	0,74	0,75	0,78

COL	1	1,04	0,98	0,83	0,85	0,89	0,84	0,84	0,83	0,86	0,86
ECU	1	1,17	1,13	1,16	1,10	1,08	1,03	0,98	0,94	0,89	1,05
GUY	1	0,96	0,87	0,79	0,74	0,74	0,80	0,92	0,95	1,06	0,89
PAR	1	1,10	1,10	1,23	1,41	1,41	1,44	1,56	1,39	1,31	1,35
PER	1	1,23	1,19	1,13	1,22	1,35	1,28	1,39	1,051	1	1,21
SUR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
URU	1	0,978	1	0,92	0,96	0,97	0,97	0,97	1	1,06	0,97
VEN	1	0,69	0,56	0,63	0,75	0,93	0,65	0,52	0,25	0,27	0,64

## 1.2 PORCENTAGEM DO PRODUTO INTERNO BRUTO CORRESPONDENTE AOS GASTO COM O SETOR DE SAÚDE PELO PAÍS NO PERÍODO

**Fonte:** <http://apps.who.int/nha/database>

**Código:** SAU

**Descrição:** O dado descreve a porcentagem do Produto Interno Bruto dos Países empenhado com gastos relativos à pasta da Saúde do País no Ano Indicado. Os gastos contabilizam os gastos executados e previstos na área da Saúde somando o campo doméstico com gastos em nações aliadas e em operações conjuntas sobre o tema da saúde. Usando o valor do primeiro ano observado como número índice, os demais valores foram calculados em Base 100 que depois foi convertida em sua forma decimal, como apresentado na tabela que segue.

**Dados:**

SAU											
País	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MEDIANA
ARG	1	1,17	1,12	1,09	1,10	1,09	1,07	1,14	0,98	1,19	1,09
BOL	1	1,14	1,15	1,15	1,13	1,20	1,25	1,39	1,44	1,35	1,18
BRA	1	1,05	0,99	0,97	0,96	0,99	1,05	1,11	1,15	1,18	1,02
CHI	1	1,11	1,08	1,11	1,17	1,21	1,23	1,27	1,28	1,33	1,19
COL	1	1,07	1,03	0,99	0,98	1,06	1,04	1,06	1,05	1,05	1,05
ECU	1	1,10	1,22	1,35	1,46	1,47	1,48	1,48	1,43	1,42	1,42
GUY	1	1,07	1,12	1,06	1	1,03	1,05	0,92	1,05	1,01	1,04
PAR	1	1,07	1,11	1,21	1,57	1,56	1,56	1,62	1,62	1,60	1,51

<b>PER</b>	1	1,11	1,06	1,04	1,07	1,06	1,12	1,13	1,14	1,12	1,09
<b>SUR</b>	1	1,04	0,99	0,93	0,90	0,94	0,95	1,22	1,23	1,22	0,99
<b>URU</b>	1	0,98	0,97	0,98	0,99	1	0,99	1,02	1,03	1,05	1
<b>VEN</b>	1	1,18	1,06	1,12	1,01	0,87	0,90	0,80	0,50	0,18	0,95

### 1.3 PORCENTAGEM DE EXPORTAÇÕES PARA OS DEMAIS PAÍSES DO BLOCO NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES DO PAÍS

**Fonte:** <https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>

**Código:** COM

**Descrição:** A porcentagem de participação mediana dos demais países da UNASUL no total de capital auferido em exportações em produtos e serviços pelo país no ano. Usando o valor do primeiro ano observado como número índice, os demais valores foram calculados em Base 100 que depois foi convertida em sua forma decimal, como apresentado na tabela que segue.

**Dados:**

COM													
País	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	ECU	GUY	PAR	PER	SUR	URU	VEN	MEDIANA
<b>ARG</b>	-	1,01	1,07	0,80	1,22	0,89	0,63	1,10	0,93	0,89	0,89	1,07	0,93
<b>BOL</b>	1,89	-	0,71	1,17	1,68	5,12	0	0,54	1,25	1	1,69	0,52	1,17
<b>BRA</b>	0,91	1,08	-	0,87	0,97	0,83	1,25	0,97	0,85	1,03	1,08	0,75	0,97
<b>CHI</b>	0,88	0,92	0,92	-	1	0,86	2,9	1,10	0,99	4,2	1,14	0,38	0,99
<b>COL</b>	1,28	0,62	1,66	1,76	-	2,29	0,37	0,54	1,71	0,25	0,38	0,92	0,92
<b>ECU</b>	1,37	0,83	2,15	0,83	1,02	-	11	1,43	0,78	1,22	3,29	0,79	1,22
<b>GUY</b>	1	1	1,05	0,03	0,37	0,15	-	1	2,29	1,25	1,25	24,84	1
<b>PAR</b>	0,42	1,06	0,96	1,20	0,41	0,50	2,06	-	0,02	4,13	0,88	0,18	0,96
<b>PER</b>	0,86	1,22	1,14	0,67	0,99	1,28	0,85	5,22	-	0,70	1,37	0,48	0,99
<b>SUR</b>	0,65	0,05	1,76	5	0,60	1	0,78	0,37	4,83	-	0,30	1,50	0,78
<b>URU</b>	0,66	1,17	1,09	0,69	1,24	0,51	8,67	0,94	0,99	0,54	-	0,96	0,96
<b>VEN</b>	0,93	0,07	0,13	0,05	0,54	0,36	0,63	1,10	0,51	1,5	1,79	-	0,54

#### 1.4 CAPITAL INVESTIDO PELOS PAÍSES MEMBROS NOS ANOS DE ATIVIDADE NO BLOCO

**Fonte:** <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/13221-documentos-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas>

**Código:** CIB

**Descrição:** A variável corresponde ao valor em dólares que cada país membro investiu no Bloco conforme consta no Orçamento Base da UNASUL para o ano correspondente nas colunas da tabela. Usando o valor do primeiro ano observado como número índice, os demais valores foram calculados em Base 100 que depois foi convertida em sua forma decimal, como apresentado na tabela que segue. Destaca-se que como não foram encontrados os dados relativos ao orçamento de 2015, o mesmo não foi considerado no estudo.

**Dados:**

CIB							
País	2011-2012	2013	2014	2016	2017	2018	MEDIANA
ARG	1	0,21	1,20	0,29	0,29	0,26	0,29
BOL	1	1,31	1,20	1,57	2,48	2,48	1,44
BRA	1	1,49	1,71	1,97	1,97	1,77	1,74
CHI	1	11,47	13,76	15,77	15,77	14,33	14,04
COL	1	1,02	1,23	1,88	1,88	1,89	1,56
ECU	1	0,21	0,25	0,26	0,26	0,21	0,25
GUY	1	0,33	1,20	0,48	0,48	0,43	0,48
PAR	1	2,62	2,62	2,41	2,41	1,90	2,41
PER	1	8,20	8,20	7,89	7,89	6,83	7,89
SUR	1	0,16	0,20	0,26	0,26	0,25	0,26
URU	1	1,64	1,96	2,35	2,35	2,25	2,11
VEN	1	4,07	4,87	5,04	5,04	4,23	4,55

#### 1.5 PORCENTAGEM DE EXPORTAÇÕES PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES DO PAÍS

**Fonte:** <https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>

**Código:** EUA

**Descrição:** A porcentagem de participação dos Estados Unidos da América no total de capital auferido em exportações em produtos e serviços pelo país no ano. Usando o valor do primeiro ano observado como número índice, os demais valores foram calculados em Base 100 que depois foi convertida em sua forma decimal, como apresentado na tabela que segue.

**Dados:**

EUA											
País	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MEDIANA
ARG	1	0,86	0,81	0,96	0,97	1,09	1,08	1,01	1,28	1	1
BOL	1	1,11	1,29	1,15	1,13	1,20	1,25	1,39	1,44	1,35	1,06
BRA	1	0,73	0,94	1,05	1,09	0,93	1,17	1,05	0,99	0,99	1
CHI	1	0,90	0,87	1,14	1,11	1,04	0,97	1,07	1,06	1,05	1,04
COL	1	1,05	1,08	0,89	0,95	0,86	0,83	1,06	1,17	0,89	0,98
ECU	1	0,74	1,04	1,25	1,02	1	0,98	0,90	0,82	0,98	0,99
GUY	1	0,88	0,83	1,88	1,20	1,13	0,97	1	0,80	0,77	0,98
PAR	1	0,89	0,98	1,40	1,49	1,26	0,79	0,84	0,94	0,80	0,96
PER	1	0,92	0,99	0,79	1,06	1,28	0,88	0,93	1,15	0,90	0,96
SUR	1	5,40	1,10	1,47	0,91	1,08	2,20	0,05	0,83	0,65	1,04
URU	1	0,94	0,85	1,12	1,15	1,03	1,17	1,49	0,94	0,89	1,01
VEN	1	0,03	1,67	0,36	1,05	1,13	0				1

## 1.6 PORCENTAGEM DE EXPORTAÇÕES PARA OS DEMAIS MEMBROS DOS BRICS NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES DO PAÍS

**Fonte:** <https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>

**Código:** CSS

**Descrição:** A porcentagem de participação mediana dos países África do Sul, China, Índia e Rússia no total de capital auferido em exportações em produtos e serviços pelo país no ano. Usando o valor do primeiro ano observado como número índice, os demais valores foram calculados em Base 100 que depois foi convertida em sua forma decimal, como apresentado na tabela que segue.

**Dados:**

CSS					
País	África do Sul	China	Índia	Rússia	MEDIANA
ARG	0,86	0,81	1,44	0,67	1,09
BOL	0,95	1,69	1,03	1,15	1,18
BRA	0,81	2,12	3,25	0,62	1,02
CHI	0,67	1,84	1,28	1,28	1,19
COL	1,88	4,35	31,8	0,91	1,05
ECU	1,50	0,96	4,09	1,15	1,42
GUY	0,45	0,82	0,40	0,038	1,04
PAR	0,69	0,34	0,34	1,42	1,51
PER	1,24	1,43	0,96	2,77	1,09
SUR	0,72	0,92	1,38	0,55	0,99
URU	1,12	3,80	1,33	0,65	1
VEN	1	1,33	0,90	1,28	0,95

## 1.7 ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA DO PAÍS

**Fonte:** <https://www.heritage.org/index/>

**Código:** LEP

**Descrição:** A condição apresenta o grau de liberdade econômica do país a partir do Índice de Liberdade econômica da *Heritage Foundation* (2020). Este índice agrega uma série de variáveis relacionadas à capacidade de ação econômica e jurídica em um determinado país, a saber: Direito à Propriedade, Efetividade da Justiça, Integridade Governamental, Carga Tarifária, Gastos Públicos, Saúde Fiscal do País, Liberdade dos Negócios, Liberdade Monetária, Liberdade Comercial, Liberdade nos Investimentos e Liberdade Financeira. Os valores agregados são distribuídos em uma escala que varia do 0 ao 100, sendo que quanto maior o valor (score) do país, maior liberdade econômica ele oferece em seu território. Dependendo do score, o país é classificado em uma das cinco categorias do índice: Score < 50 =

países que reprimem a liberdade econômica;  $50 < \text{Score} < 60$  = países que majoritariamente restritivos;  $60 < \text{Score} < 70$  = países moderadamente livres;  $70 < \text{Score} < 80$  = países majoritariamente livres; e  $\text{Score} > 80$  = países livres. Para registro na tabela da verdade desta pesquisa e considerando a natureza inversa desta condição para com o Resultado = 1 (permanência na UNASUL), adotou-se o critério de progressão decrescente na notação desta condição, sendo os países do bloco distribuídos inversamente com relação à sua classificação no índice, considerando um intervalo entre 0 e 1.

**Dados:**

LEP			
País	Pontuação no Índice de Liberdade Econômica 2017	Classificação do País	Conversão para Condição Ordinal
ARG	50,4	Majoritariamente restritivo	0,75
BOL	47,7	Repressor	1
BRA	52,9	Majoritariamente restritivo	0,75
CHI	76,5	Majoritariamente livre	0,25
COL	69,7	Moderadamente Livre	0,5
ECU	49,3	Repressor	1
GUY	58,5	Majoritariamente restritivo	0,75
PAR	62,4	Moderadamente Livre	0,5
PER	68,9	Moderadamente Livre	0,5
SUR	48	Repressor	1
URU	69,7	Moderadamente Livre	0,5
VEN	27	Repressor	1

### 1.8 POSIÇÃO DO GOVERNO DO PAÍS QUANTO AO GOVERNO VENEZUELANO NO ANO ANTERIOR AO AFASTAMENTO (2017)

**Fonte:** papers e artigos jornalísticos utilizados na pesquisa

**Código:** PGV

**Descrição:** Esta condição descreve se o posicionamento dos governos dos países membros no ano de 2017, último ano antes do afastamento e posterior separação, era majoritariamente favorável ou desfavorável para com o governo venezuelano. Desse modo, adotou-se que uma postura majoritariamente favorável seria representada como = 1, enquanto que uma postura majoritariamente desfavorável seria indicada como = 0. Embora não

goze da mesma acuidade que as condições anteriores, a mesma foi mantida em virtude de averiguar não somente os indícios do desgaste das relações entre os países membros do bloco à medida em que foram se alterando os representantes no poder, mas igualmente porque condiz com a arguição de Veiga e Rios (2007), Leão (2016) e Riggirozzi e Grugel (2015) da importância da diplomacia presidencial na coordenação e harmonização entre os países membros do bloco.

#### **Observações nos Casos:**

- I. **Argentina:** o governo de Macri no país assemelhou-se à proposta brasileira sob o comando de Temer, uma vez que visou a busca por equilíbrio fiscal, a priorização da economia sobre parcerias políticas de cunho ideológico e um afastamento da imagem negativa que sua antecessora deixou de legado para a presidência no país. O afastamento para com o governo venezuelano se mostrou sobretudo na redução dos investimentos na UNASUL, assim como pelas reaproximações da Argentina com os Estados Unidos e agências de financiamento internacionais (principalmente o FMI e o Tesouro Nacional Norte-Americano), além da retomada das negociações para pagamento das dívidas do país com essas instituições. Todos estes fatores permitem classificar o governo argentino em 2017 como majoritariamente desfavorável ao governo venezuelano (BANDEIRA DE MELLO, 2019).
- II. **Bolívia:** Como assinalado por Duarte Guerra (2016), a Bolívia durante a administração de Evo Morales se caracterizou por uma postura de política doméstica e externa fundamentada na ideia do Vivir Bien, sob a qual criticava-se duramente a postura dos governos do passado, as estruturas de poder global (principalmente o pan-americanismo) e buscava resgatar a identidade dos povos indígenas do país, colocando seus valores no cerne do poder constitucional nacional. No cenário externo, essa doutrina se traduziu em uma postura discursiva de oposição ao capitalismo, aos Estados Unidos e Europa Ocidental e ao apoio às nações do Sul global, especialmente no tocante à defesa da soberania nacional e proteção aos povos tradicionais e meio ambiente. No cenário Latino-americano, o governo Morales defendia a irmandade entre os povos latino-americanos, vindo a integrar junto à Cuba e Venezuela o grupo de países membros da ALBA, a fim de garantir maior protagonismo ao país no cenário global em sua oposição ao chamado neocolonialismo americano no continente, o que era visível inclusive em 2017. Pela sua importância como baluarte cultural do regionalismo pós-liberal latino-americano, bem como por sua postura de aproximação com o governo venezuelano tanto na era Chávez, quanto durante o governo Maduro em 2017, o país foi classificado como majoritariamente favorável ao governo venezuelano no ano em apreço.
- III. **Brasil:** Como narra Silva (2019), a postura do governo Temer para com a Venezuela dificilmente poderia ser outra que não a de crítica incisiva em virtude da necessidade de romper com a postura ideológica de sua

antecessora, ao mesmo tempo em que evitava confrontos diretos com o vizinho sul-americano. A postura desfavorável, contudo, não se limitava apenas na relação bilateral, mas sobretudo na agenda externa em oposição aos ideais pós-liberais basilares da UNASUL, na medida em que o Brasil do período visava uma maior diversificação de suas parcerias comerciais, reaproximando-se dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, além da adoção de medidas de austeridade fiscal, o que reduziu o controle do Estado sobre a atividade econômica no país. Ademais, sob a liderança do governo brasileiro a Venezuela foi afastada do MERCOSUL, reforçando ainda mais a postura antagônica entre as duas administrações. Portanto, é mais prudente classificar a postura do governo Temer como majoritariamente desfavorável ao governo venezuelano.

- IV. **Chile:** O Chile em 2017 ainda estava sob o governo da então presidente Michelle Bachelet, cuja gestão - como já assinalava o periódico *Le Monde Diplomatique* (2009) - ficou marcada por uma série de avanços e retrocessos, adotando uma postura de contemporização entre o discurso latinopan-americano e a realidade diferenciada do Chile enquanto um país com índices invejáveis de liberdade econômica e social se comparado com seus pares do Cone Sul. No que se refere, ao governo Venezuelano e à UNASUL, o Chile se destaca pelo capital que proporcionalmente foi despendendo com a integração regional e apresentando uma postura majoritariamente positiva para com o regime venezuelano, o que se manteve em 2017.
- V. **Colômbia:** Conforme explicam Castro Bernal e Ortiz Morales et al (2019), a Colômbia desenvolveu ao longo de seus anos de atuação uma postura de reticência para com o Bloco em virtude da importância da parceria econômica e sobretudo militar que o país manteve com os Estados Unidos, o que diversas vezes o colocou em uma posição delicada com seus pares na UNASUL. Isso pode ser observado sobretudo nos conflitos com relação à política de Guerra às Drogas e às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), uma vez que as duas principais lideranças da UNASUL (Brasil e Venezuela) preferiam tratar a organização como uma representante de interesses comunitários legítimos, enquanto que a parceria com os EUA era veementemente oposta a tratá-las como qualquer coisa senão como uma organização criminosa. Embora possa se afirmar que a UNASUL tenha gozado de certo sucesso neste caso, uma vez que as FARC assinaram um acordo para pacificação e conversão em partido político, tal decisão não foi bem aceita pela população colombiana, a qual desconfiava tanto dos guerrilheiros, quanto das forças policiais do país. Esse cenário de conflito e insatisfação doméstica somado à permanência da forte parceria econômico-militar com os EUA torna mais prudente classificar o país

como majoritariamente desfavorável ao governo venezuelano no ano de 2017.

- VI. **Equador:** Como defende Duarte Guerra (2016), a Bolívia e o Equador aproximaram-se durante este período do início do século XX por meio do discurso do *Bien Vivir*, política doméstica e externa que reunia o resgate aos valores dos povos tradicionais a uma certa liberdade econômica da população no período. Isto também permitiu que o país se aproximasse do governo venezuelano no período, marcando as relações com o mesmo como majoritariamente favoráveis no ano de 2017.
- VII. **Guiana:** A Guiana é um caso curioso. Como foi recordado no capítulo 5 da pesquisa, este país tem historicamente relações conflituosas com a Venezuela devido ao conflito pelo território da Bacia do Essequibo e suas riquezas naturais, costumeiramente acompanhando a Colômbia nas decisões internacionais acerca da Venezuela pois este país também disputa territórios com riqueza de recursos naturais com o país bolivariano. Ainda assim, tanto em 2017, como em 2018 após o afastamento de metade dos membros do Bloco, incluindo a Colômbia, o governo guianense manteve-se firme em apoiar o Bloco mesmo tendo no governo um presidente que se esperava ser opositor da proposta do latinopan-americanismo proposto pela Venezuela. Foi considerando esses fatos que se classificou o posicionamento em 2017 como majoritariamente favorável à Venezuela.
- VIII. **Paraguai:** O Paraguai foi tratado com repúdio ainda nos primeiros anos da UNASUL, uma vez que em 2012 teve sua participação suspensa tanto do MERCOSUL, quanto da própria União de Nações Sul-americanas sob a justificativa de que estaria ferindo a cláusula democrática do Bloco dada a velocidade do processo de impeachment pelo qual o então presidente Fernando Lugo (aliado dos governantes dos demais países dos blocos) passou naquele ano, o que foi tratado como um golpe nas comunicações oficiais de ambos os blocos (BRASIL, 2019). Somou-se a isso o fato de que no ano seguinte a Venezuela, que participou ativamente na campanha pelo afastamento do Paraguai ter sido aceita como membro do MERCOSUL, aumentando a animosidade e descrença do país para com a integração regional sul-americana, o que não se resolveu bem até a atualidade. Foi considerando este histórico que se considerou o posicionamento paraguaio como majoritariamente desfavorável ao governo venezuelano.
- IX. **Peru:** Tal como o Paraguai o Peru se destaca como um dos países que, com o passar dos anos foi aumentando sua participação no capital investido na UNASUL. Contudo, como descrito em Minas (2017), a ascensão ao poder do então presidente Pedro Pablo Kuczynski mudou consideravelmente a postura do país para com o regime venezuelano, adotando uma postura de enfrentamento e animosidade que resultou inclusive na expulsão do embaixador do governo bolivariano em agosto

de 2017. Tal afronta apenas piorou a fragilizada relação entre os dois países, o que permite a classificação do posicionamento do governo peruano para com o venezuelano no período como majoritariamente desfavorável.

- X. **Suriname:** O Suriname aproximou-se do governo Venezuelano ao longo das primeiras décadas do século XXI. Para Saraiva e Briceño-Ruiz (2009), todavia, talvez o mais correto seja afirmar que a Venezuela que buscou fortalecer as alianças com o país próximo na medida em que visava conquistar mais aliados em sua estratégia de fortalecer a presença do país como potência no mar do Caribe junto ao Estado cubano. Apesar das diferenças de idioma e da maior proximidade com a Guiana, verificou-se que este país acabou mantendo uma postura majoritariamente favorável para com a Venezuela, sendo que mesmo após o país bolivariano ter sido afastado do MERCOSUL em meados de 2017, o Suriname realizou encontros de fortalecimento de cooperação econômica e política com representantes do país no fim mesmo ano.
- XI. **Uruguai:** Próximo do Chile no que se refere aos indicadores sociais, o Uruguai vivenciou nestas primeiras décadas do século XX grandes avanços na seara econômica e certo prestígio entre as lideranças heterodoxas da região no período devido principalmente à gestão de José (Pepe) Mujica. Sobre este governo e seu sucessor, Sanchez e Balardim (2017) destacam que os mesmos ficaram marcados por uma postura de crítica direta ao pan-americanismo e defesa da integração de mais membros ao MERCOSUL em virtude do temor das assimetrias entre os países membros, notadamente porque desde a crise do final da década de 1990 a Argentina já não possuía mais capacidades para servir como contrapeso na liderança econômica do bloco frente ao Brasil. A criação da UNASUL e a entrada da Venezuela no MERCOSUL foram então percebidas de forma favorável pelo governo uruguaio, o qual encontrava um aliado tanto econômico, quanto político no regime bolivariano em virtude das experiências semelhantes de perseguição e prisão vivenciadas por Mujica e Chávez. Em 2017, o governo de Tabaré Vazquez manteve a postura de seu antecessor e colega de partido, mantendo um posicionamento majoritariamente favorável para com o governo venezuelano.
- XII. **Venezuela:** É o próprio país avaliado, então claramente foi considerado que a posição era majoritariamente favorável.

#### Dados:

PGV		
País		Conversão para Condição Ordinal
ARG	Majoritariamente Desfavorável	0

<b>BOL</b>	Majoritariamente Favorável	1
<b>BRA</b>	Majoritariamente Desfavorável	0
<b>CHI</b>	Majoritariamente Favorável	1
<b>COL</b>	Majoritariamente Desfavorável	0
<b>ECU</b>	Majoritariamente Favorável	1
<b>GUY</b>	Majoritariamente Favorável	1
<b>PAR</b>	Majoritariamente Desfavorável	0
<b>PER</b>	Majoritariamente Desfavorável	0
<b>SUR</b>	Majoritariamente Favorável	1
<b>URU</b>	Majoritariamente Favorável	1
<b>VEN</b>	Majoritariamente Favorável	1

### 1.9 APROXIMAÇÃO À PROPOSTA DO PROSUL NO ANO SEGUINTE AO AFASTAMENTO

**Fonte:** <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-prosul>

**Código:** APS

**Descrição:** Esta condição trata simplesmente do posicionamento dos governos dos países quanto à proposta apresentada pelo governo chileno no ano de 2019 de criação de um Bloco em oposição à proposta da UNASUL, focando em cooperação para promover a liberdade econômica na região, além do afastamento do ideal pós-liberal de não buscar alianças com países que integram o denominado Norte Global, inclusive os Estados Unidos, o Estado de Israel e a Europa Ocidental. Diferente de outras variáveis utilizadas neste estudo, que se apresentam como variáveis contínuas, esta condição foi dividida em caráter ordinal, sob o qual foi considerado que: 0 = Países que assinaram o acordo de formação do PROSUL; 0,25 = Países que participaram do ato de assinatura, mas não assinaram o acordo; 1 = Países que não participaram do ato de assinatura, nem assinaram o acordo. Vale ressaltar que o valor de 0,25 foi preferido sobre o valor de 0,5 devido ao fato de que a participação num encontro para discussão de formação de uma integração regional paralela e antagônica à UNASUL representou, no mínimo, uma insegurança para com o futuro do Bloco, senão uma descrença no mesmo, ainda que com reticência para com a nova proposta de integração Sul-americana representada pelo PROSUL.

**Dados:**

APS		
País	Participação no encontro de	Conversão para Condição Ordinal

	<b>assinatura do acordo</b>	
<b>ARG</b>	Assinou o acordo	0
<b>BOL</b>	Participou do encontro	0,25
<b>BRA</b>	Assinou o acordo	0
<b>CHI</b>	Assinou o acordo	0
<b>COL</b>	Assinou o acordo	0
<b>ECU</b>	Assinou o acordo	0
<b>GUY</b>	Assinou o acordo	0
<b>PAR</b>	Participou do encontro	0,25
<b>PER</b>	Assinou o acordo	0
<b>SUR</b>	Participou do encontro	0,25
<b>URU</b>	Participou do encontro	0,25
<b>VEN</b>	Não participou do encontro	1

